

# Manuel Querino

## UM PIONEIRO E SEU TEMPO

Sabrina Gledhill<sup>1</sup>

*“O mundo do estudioso negro é de uma solidão sem conta e ele deve, de alguma maneira, buscar a verdade nesta vereda solitária, enquanto certifica-se de que suas conclusões são validadas pelos padrões universais desenvolvidos e mantidos por aqueles que, por muitas vezes, deixam de reconhecê-lo”.*

– John Hope Franklin



Imagem: Acervo de Sabrina Gledhill

Resumo: Este artigo apresenta a vida, a obra e os elementos constituintes do pensamento de Manuel Querino (1851-1923), um intelectual afro-brasileiro que foi pioneiro na História das Artes da Bahia e o primeiro “mestiço” a dedicar-se à História do Brasil, na reivindicação do papel do africano e do “mestiço” na formação da civilização brasileira, no contexto do “racismo científico” que predominava no século XIX e no início do século XX. Em anexo, encontram-se uma biografia resumida de Querino e um dos seus trabalhos mais relevantes, “O colono preto como fator da civilização brasileira”. Os elementos mais marcantes deste texto são suas referências aos movimentos pela liberdade, inclusive o Quilombo de Palmares, as sociedades beneficentes que ajudaram muitos escravos a comprar a alforria e uma relação dos nomes de negros que contribuíram à sociedade brasileira de várias maneiras.

Palavras-chave: Manuel Querino. Bahia. Brasil. Relações raciais. Racismo científico.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Latino-Americanos e Bacharel em Letras Inglesas pela Universidade da Califórnia em Los Angeles – UCLA. Esta seção é baseada na dissertação de mestrado da autora, intitulada *Afro-Brazilian Studies before 1930: Nineteenth-Century Racial Attitudes and the Work of Five Scholars* (1986).

## Introdução

Trabalhando num clima racial que era, na melhor das hipóteses, paternalista e, na pior, genocida, Manuel Raimundo Querino (1851-1923) foi um dos primeiros a pesquisar a cultura afro-brasileira e o primeiro afro-brasileiro a dedicar-se à História do Brasil com o objetivo de detalhar, analisar e fazer justiça às contribuições africanas ao seu país<sup>2</sup>. Antes de conhecer a vida deste pioneiro, é fundamental entender o contexto em que Querino trabalhou, enfrentando e desafiando as atitudes e crenças raciais que regiam a vida intelectual do Brasil no período anterior a 1930, uma vez que a relevância e o significado de seus esforços intelectuais só podem ser compreendidos dentro do contexto do racismo pseudocientífico em que todos os intelectuais brasileiros de Oitocentos e do início do século XX viviam, pensavam e trabalhavam.

O enfoque das primeiras pesquisas etnográficas realizadas no Brasil concentrava-se no índio. Segundo o eminente historiador e brasilianista Thomas Skidmore, nenhum dos grandes centros de pesquisa, localizados no Rio de Janeiro, em São Paulo e Belém do Pará,

dedicava qualquer atenção ao Africano no Brasil [...] O “imigrante” africano e seus descendentes afro-americanos não inspiravam qualquer interesse científico nos seus quadros de pesquisadores. (SKIDMORE, 1974:57)<sup>3</sup>

O fato de simplesmente reconhecer as contribuições do africano e seus descendentes à identidade, à cultura e até à “raça” brasileira demonstrou uma independência intelectual descomunal. Igualmente, Querino destacou-se por outra atitude – a de desmentir e até cooptar o racismo pseudocientífico gerado na Europa. Outros pesquisadores, como Euclides da Cunha, Braz do Amaral, Sílvio Romero e, principalmente, Nina Rodrigues, curvaram-se ao pensamento

---

<sup>2</sup> Segundo o historiador brasileiro João José Reis, o primeiro brasileiro a publicar um livro sobre a contribuição africana à civilização brasileira que desmente o “racismo científico” foi um branco sergipano, Manoel Bomfim, autor de *A América Latina, males de Origem* (comunicação pessoal).

<sup>3</sup> Skidmore (1974:57) observa que existia uma exceção – o trabalho de Alexandre José de Melo Moraes Filho, que “fez um trabalho pioneiro em coleccionar [exemplos do] folclore afro-brasileiro”. A obra principal deste pesquisador foi o livro *Festas e tradições populares do Brasil*, lançado em 1901.

racial europeu e foram influenciados pelo fato de pertencerem a uma elite euro-descendente no meio de uma escravocracia até 1888 (o mais jovem destes quatro, Euclides, nasceu em 1851, o mesmo ano em que Querino).

Todos esses pesquisadores buscavam um fundamento científico ou histórico para criar um “mito fundador” referente às origens da nacionalidade e da cultura brasileira. Na procura de uma característica que dava uma identidade única ao seu país e ao seu povo, todos identificaram a miscigenação cultural e biológica – a famosa mistura de três raças, a européia, a indígena e a africana. Todos, menos Querino, mostraram-se um tanto quanto confusos quando tentaram criar esse mito ao mesmo tempo em que aceitavam a doutrina da inferioridade do africano e da debilidade do mestiço. Segundo o sociólogo Octávio Ianni, essa confusão era comum no Brasil:

Sem dúvida, a situação racial brasileira sempre foi caracterizada por grandes contradições, entre as quais se destacam: [...] o exotismo plástico dos cultos religiosos como o candomblé, batuque, umbanda e quimbanda e a classificação do Negro como Africano, descendente de escravos, ou outras caracterizações de conotação negativa; o mito da democracia racial e a doutrina da inferioridade do mestiço [...]. De certa maneira, estas contradições estão na base da pesquisa da realidade social do país. (IANNI, 1970:258)

Filho de negros livres, Manuel Querino nasceu uma ano depois da abolição oficial do tráfico de escravos no Brasil. Ficou órfão durante a epidemia de cólera-morbo que ceifou milhares de vidas na província da Bahia em 1855, mas foi criado por um tutor, o Bacharel Manuel Correia Garcia, que cuidou de ensiná-lo a ler e escrever e de prepará-lo para exercer um ofício. Nas obras que escreveria nas últimas décadas de sua vida, foi o maior defensor do negro e do trabalhador. Para Querino, não havia dúvida de que o negro tinha um valor igual ou até superior ao dos brancos que viviam do trabalho alheio. Fundamentado na sua experiência de vida, criou a convicção de que a educação era a única maneira de abolir a escravidão *de fato* em que o povo afro-brasileiro continuou a viver após a promulgação da Lei Áurea, que apenas abolira a escravidão *de jure*.

## 1 As relações raciais no Brasil

Mesmo desmentida por uma pesquisa patrocinada pelo Unesco na década de 50, a imagem predominante do Brasil continua sendo a de uma “democracia racial”. De acordo com vários pesquisadores, inclusive estrangeiros que visitaram este país no século XIX, os escravos africanos teriam recebido um tratamento melhor no Brasil do que em outras colônias, principalmente as norte-americanas. Gilberto Freire levantou a hipótese de que a ampla miscigenação iniciada quando os primeiros europeus pisaram no Brasil e encontraram as mulheres indígenas teria ajudado a melhorar as relações entre as raças. De fato, este país nunca viveu um sistema de segregação racial ou *apartheid*, como aconteceu nos Estados Unidos até a década de 60 e na África do Sul até 1994. Isto seria mais uma prova da harmonia racial no Brasil.

Entretanto uma observação mais criteriosa revela que a realidade é outra. A miscigenação aconteceu e acontece, mas, até a década de 30, o darwinismo social e o racismo pseudocientífico forneciam as justificativas ideológicas e teóricas para relegar o negro ao estágio inferior da evolução. Tanto a miscigenação quanto o negro eram tidos como “problemas”, devido à ampla aceitação do conceito de que a mistura de raças supostamente superiores e inferiores gerasse uma estirpe degenerada, preguiçosa e fatalmente estéril. Mulatos de talento eram aceitos como “brancos honorários” e seu DNA europeu recebia o mérito por suas realizações (HABERLY, 1983:6).

Segundo David T. Haberly, professor de Português da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, e pesquisador da literatura e da cultura brasileiras, esse sistema enfrentou apenas um grande impasse no século XIX, no caso do poeta João da Cruz e Souza, “uma figura cujas origens raciais e aparência o colocavam irrevogavelmente no extremo negro do *continuum*” (1983, p.6).

A partir dos anos 30, a herança africana do Brasil começou a ser vista com mais orgulho e menos preconceito. Segundo o sociólogo T. Lynn Smith, esse movimento transformou-se em um “verdadeiro culto de igualdade racial no Brasil” em que muitos brasileiros acreditam fervorosamente. O “credo” implícito desse culto manda que: (a) em nenhuma circunstância deve-se admitir que a

discriminação racial exista no Brasil e (b) qualquer expressão de discriminação que possa surgir deve ser atacada como antibrasileira (apud DEGLER, 1971:96-97). Mesmo assim, havia uma subcorrente de ansiedade: o desejo de livrar o Brasil da “maldição de Cam” o mais rápido possível. De acordo com Thomas Skidmore:

A crença na ‘democracia racial’, quando se encaixa nos fatos históricos ou não [...] é acompanhada por uma fé igualmente fervorosa no ‘branqueamento’, o resultado da luta das elites a conciliar as relações sociais atuais do Brasil – a ausência de uma divisão clara entre o branco e o não-branco – com as doutrinas estrangeiras do racismo científico que penetraram o Brasil. Também sugeria que o processo inexorável de branqueamento produziria um Brasil branco (ou levemente bronzeado?) [...] Isto continuou a ser a posição das elites no decorrer da Segunda Guerra, mesmo que o “racismo científico” tenha ficado desacreditado nos círculos acadêmicos até a década de 30. (SKIDMORE, 1985:13)

A miscigenação no Brasil produziu uma grande variedade de cores de pele, feições e tipos de cabelo na população. Segundo David Haberly,

A identidade racial de qualquer indivíduo – sua posição no *continuum* racial – não é necessariamente fixa ou imutável [...] mas é sempre redefinida de acordo com as percepções alheias, as quais podem variar muito de região para região e dentro de vários contextos sociais. (HABERLY, 1983:3)

Esse *continuum* é fundamentado em “avaliações subjetivas baseadas em preconceitos” e tem, em cada extremo, o africano ou índio e o europeu; a feiúra e a beleza; a barbárie e a civilização (ibidem, p.3).

No Brasil, os afro-descendentes não formam um grupo coeso nem têm uma identidade homogênea. De acordo com Donald Pierson, em Salvador, na Bahia, “preto” pode se referir a “uma pessoa com traços negróides bem visíveis ou, por vezes, apenas uma pessoa de status inferior” (apud Mattoso, 1978:148). Uma vez que são mais “categorias de aparência física do que de raça” e condição social, o mestiço (mulato, pardo, cabra, mameluco, cafuzo etc.) pode se libertar de sua categoria através da ascensão social (ibidem, p.148). Isso mantém aqueles considerados “negros” ou “pretos” na minoria.

Nos Estados Unidos, a condição de ser negro é ditada por ancestralidade – antigamente, uma “única gota” de “sangre negro” determinava a raça do indivíduo. Pessoas de cores tão divergentes como Lena Horne, Colin Powell, Condoleezza Rice, Mariah Carey e Muhammad Ali são consideradas negras, ou melhor, “African American”. No Brasil, esta regra colocaria os “African Brazilians” na plena maioria. A divisão dos afro-descendentes em grupos caracterizados como “negros”, “pardos”, “morenos claros e escuros” e incontáveis outras cores e qualificações foi um dos fatores que impediram o desenvolvimento de movimentos étnicos e etno-políticos neste país e também representam um desafio para a pesquisa da população afro-brasileira. O antropólogo francês Roger Bastide observa que a distinção entre “mulato” e “negro” impede a clara identificação do sujeito de pesquisa. Por exemplo, “Marvin Harris encontrou nada menos que 492 categorias diferentes de identificação no Brasil” (BASTIDE, 1974:111). Essa situação também ajudou a manter o mito da “democracia racial” no Brasil, uma vez que “aqueles que alegam que o problema do negro inexistente se apóiam fortemente nesta ambigüidade” (ibidem, p.111).

De acordo com o sociólogo John Saunders, professor da Universidade da Flórida, o mito da democracia racial tem várias finalidades. Assim como os estereótipos do negro, esse mito responsabiliza o negro por sua própria condição social. É lógico que ele deve ser o culpado, segundo esse argumento, porque a sociedade nada fez para impedir seu sucesso por causa de sua cor. Também absolve as elites brancas da necessidade de se preocupar com problemas que fogem de seu controle. O simples ato de questionar esse mito é considerado uma ameaça à auto-imagem do país e do indivíduo, além de ser “coisa de estrangeiro” (SAUNDERS, 1972:161).

O historiador Carl Degler, cujo livro, *Neither Black nor White*<sup>4</sup>, ganhou o Prêmio Pulitzer nos Estados Unidos em 1971, teceu a hipótese de que o mulato brasileiro tem a vantagem de um “alçapão de escape” devido à mutabilidade das percepções raciais neste país. De acordo com Degler, os mulatos brasileiros são considerados “brancos honorários” e podem alcançar

---

4 Também foi publicado no Brasil com o título *Nem branco nem preto: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*, Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

um nível muito mais alto na hierarquia social que os cidadãos mais escuros. Entretanto

Não é acidental o fato de a maioria dos grandes líderes de organizações negras nos Estados Unidos terem sido mulatos, homens como Frederick Douglass, Booker T. Washington, W.E.B. DuBois, Whitney Young, Walter White, John Hope, Adam Clayton Powell e Roy Wilkins. No Brasil tais homens ficariam certamente tentados a ignorar sua ligação com outros pretos e a usar a "saída de emergência" do mulato para a ascensão individual. Pode-se dizer, até, que os grandes líderes em potencial dos pretos no Brasil escaparam todos pela "saída de emergência", para sua própria ascensão, mas como perda para os negros em geral. (DEGLER, 1976:193-194)

Os pesquisadores Nelson do Valle Silva (1985) e Pierre-Michel Fontaine vêem esse "alçapão de escape" ou "saída de emergência" como uma armadilha que obriga o mulato a renunciar a qualquer identidade política ou cultural que não seja do agrado das elites euro-descendentes, inclusive o direito de reclamar contra a discriminação. É o preço de admissão nessas elites.

As mudanças dramáticas nas relações raciais nos Estados Unidos que começaram no fim da década de 50 e o Movimento pelos Direitos Civis forneceram um modelo aos brasileiros para a organização de movimentos de orgulho negro (um movimento autenticamente brasileiro fora extinto por Getúlio Vargas nos anos 30), mas também tiveram o efeito de eliminar uma situação que antes era utilizada como referência para mostrar a relativa harmonia do Brasil. Os brasileiros nunca tiveram que suportar as leis que obrigavam negros e brancos a utilizarem escolas, hotéis, banheiros e até bebedouros diferentes e que proibiam a miscigenação. Antes, podiam considerar-se superiores e gabar-se de sua "democracia racial", mas depois tiveram que enfrentar a realidade: os negros formavam a maioria preponderante das classes mais miseráveis do país. Os afro-brasileiros padeciam de pobreza e passavam fome, os níveis de analfabetismo eram altíssimos e sua representação no governo, baixíssima. Nos Estados Unidos, havia legisladores, governadores e prefeitos afrodescendentes. Na Bahia, só houve um prefeito negro, Edivaldo Brito, nomeado ao cargo durante a ditadura militar de 64 pelo governador, também

nomeado, Roberto Santos. Talvez o único governador da Bahia que poderia ser considerado afro-descendente, ao menos pela fisionomia, era Antônio Balbino – sempre mostrado em perfil nas fotos publicadas por seus adversários políticos, possivelmente para destacar seu “prognatismo”.

Gilberto Freyre, junto com Donald Pierson e outros pesquisadores norte-americanos, alega que a discriminação racial no Brasil é ligada a preconceito de classe, mas Pierre L. van den Berghe discorda. Este observa que outras pesquisas “mostram que existe um preconceito racial considerável no Brasil e que a discriminação racial não desaparece quando controlamos as variáveis relativas à classe social” (1967:59-60).

Após a Abolição, os ex-escravos tiveram que enfrentar a liberdade com os ofícios que aprenderam no cativeiro, porque nada foi feito para educá-los ou prepará-los para o mundo do trabalho. Enquanto isso, milhares de europeus estavam deixando seus países e imigrando para o Brasil, incentivados por governos e indivíduos. Numa postura de “genocídio passivo”, os adeptos do racismo pseudocientífico acreditavam – e esperavam – que, fatalmente, o negro “inferior” e o mestiço “debilitado” literalmente sumiriam do mapa e que a infusão de “sangue branco” que entrava pelos portos do país eliminaria o “problema do negro” de uma vez por todas.

## **2 Atitudes raciais no Brasil de Oitocentos**

O século que presenciou a Abolição da escravidão em 1888 também foi testemunha da forte influência de teorias racistas sobre intelectuais brasileiros. Apesar do nacionalismo que inspirou o movimento da independência, com poucas exceções, os estudiosos deste país curvaram-se ao domínio das escolas européias, entre as quais aquela que fornecia argumentos pseudocientíficos para explicar e justificar a suposta inferioridade das pessoas de pele escura. Manuel Querino conviveu com o mundo intelectual desde criança, na casa de seu tutor, Manuel Correia Garcia, mas recusou-se a aceitar essas idéias ou a se submeter às ideologias “científicas” que predominavam no seu tempo.



## 2.1 A ótica dos visitantes estrangeiros

Uma vez que as influências estrangeiras permeavam a vida intelectual, cultural e econômica do Brasil no século XIX e no início do século XX, nada mais apropriado que iniciar a abordagem das atitudes raciais dos brasileiros de Oitocentos com as perspectivas de três estrangeiros que visitaram o Brasil e registraram suas opiniões sobre a “questão do negro” neste país.

### 2.1.1 *Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)*

Enviado pelo rei da Bavária para estudar a flora brasileira junto com Johann Baptist von Spix, em 1817, o botânico bávaro Karl F. P. von Martius foi um dos mais influentes estudiosos estrangeiros que pesquisaram o Brasil. Entre outras façanhas, foi o primeiro estudioso a perceber e declarar que o africano exerceu um papel importante na história do Brasil. De acordo com o historiador norte-americano E. Bradford Burns (1967:21-22),

[Von Martius] viu a mistura dos três grupos raciais – os índios, europeus e africanos – e suas contribuições a uma única civilização como a chave para a compreensão do Brasil. Em muitos respeito, suas opiniões eram bastante avançadas para seu tempo. Sua monografia demonstra que o autor conseguiu superar muitos dos preconceitos mais comuns do período [...] Martius falou em alto e bom som a favor da capacidade do ser humano para evoluir e se aperfeiçoar. Ninguém levou a sério o plano que ele propôs até que [...] Gilberto Freyre retomou o tema de mistura racial [...] em 1934.

Von Martius expressou essas idéias numa monografia intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”, que venceu um concurso e foi publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1845. Mesmo quando elogia o elemento português na convergência singular das raças, alerta que

também decerto seria um grande erro para todos os princípios da história pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que

igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. (MARTIUS, 1845/1981:87)

Na análise de Julia Malanchen e Suzane da Rocha Vieira:

Segundo [von Martius], para escrever a história do Brasil não poderia deixar de ponderar a contribuição dos negros nas expedições realizadas pelos portugueses. Assim, o historiador deveria abordar as condições dos negros importados, seus costumes, opiniões civis, conhecimentos naturais, preconceitos, superstições, defeitos e virtudes próprias da sua raça. Mas percebe-se que esse é um assunto bem pouco comentado no projeto, pois ele não quer trazer à tona o embaraço da escravidão. Quer produzir um passado sem descrever os feitos que pudessem desdourar a boa conduta do branco português na colonização desse país. Martius destaca com sumo cuidado como deve se falar do negro na história oficial do Brasil, nesta passagem do texto: “O historiador não deixará de ponderar enquanto os negros contribuíram para essas, às vezes sumamente poéticas narrações (contos fabulosos de cavalleiros e espectros). O negro gosta de fallar; o seu modo africano de pensar, seu fetichismo lhe subministram sobrenaturaes ou milagrosos”. (MALANCHEN & VIEIRA, 2006)

Outra postura pioneira apresentada nessa monografia é a convicção do cientista de que a miscigenação tem um impacto positivo na civilização:

Tanto a História dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da História (do mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. (MARTIUS, 1845/1981:88)

Para sustentar essa idéia, von Martius cita a miscigenação “dos povos céltico, dinamarquês, romano, anglo-saxão e normando”, à qual a nação inglesa deveria sua energia (ibidem, p.88). E continua:

Coisa semelhante, e talvez ainda mais importante, se propõe o gênio da História, confundindo não somente povos da mesma raça mas até raças inteiramente diversas por suas individualidades, e índole moral e física particular, para delas

formar uma nação nova e maravilhosamente estruturada. (ibidem, p.88)

Assim falava o botânico, transferindo as conclusões de suas pesquisas da flora brasileira para sua “fauna humana”. Apesar de suas opiniões ilustradas e avançadas sobre a miscigenação, von Martius deixa claro e repete que considera os negros e os indígenas “raças inferiores” (MARTIUS, 1845/1981:87-88). Na sua visão, “o sangue português, num poderoso rio, deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica” (ibidem, p.88).

Von Martius foi o primeiro a chamar a atenção para a necessidade de pesquisar a cultura afro-brasileira:

Não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. Mas, no atual estado das coisas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, etc., etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil. (ibidem, p.103)

Infelizmente, segundo a geógrafa Cristina Pessanha Mary,

Martius venceu o concurso, contudo, suas idéias apregoando uma identidade morena não vingaram, pois no IHGB prevaleceu a concepção de que a cultura indígena não fornecia elementos significativos para a edificação de uma cultura nacional. (MARY, 2005:166).

Mesmo assim, seu trabalho teve um forte impacto nos círculos intelectuais brasileiros.

Alguns consideravam sua obra acima das possibilidades da época, mas válida como um ponto de partida para futuros historiadores. Entretanto o crítico literário, ensaísta, folclorista, polemista, professor, historiador da literatura brasileira, político e imortal Sílvio Romero contestou as idéias do botânico

alemão, alegando que careciam de originalidade porque se tratava de um estrangeiro que passou pouco tempo no Brasil, debruçado sobre assuntos botânicos. Sabia pouco ou nada sobre seu povo e, portanto, podia traçar apenas um pobre esboço riscado com fatos corriqueiros sobre a história brasileira (apud CAMPOS, 1967:42-89). Apesar de suas críticas, Romero demonstrou na sua própria obra que, no fundo, concordava com as teses básicas de von Martius.

Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães (2000),

Ao premiar von Martius por seu texto, estava o IHGB conferindo sua chancela a um projeto de escrita da história capaz de criar simbolicamente a nação desejada pelos construtores do Império. Do esquadrinhamento minucioso das regiões surgiria uma unidade construída pela história, como que a negar teimosamente uma diversidade que insistia em se mostrar.

As idéias defendidas e praticadas por Manuel Querino mais de 50 anos depois refletem os conceitos arrojados apresentados por von Martius:

A História é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população, de idéias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma História de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los de uma maneira destra da inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarquia onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um todo unido. (MARTIUS, 1845/1981:106)

### 2.1.2 *Louis Agassiz (1807-1873)*

Nascido na Suíça, o zoólogo e geólogo naturalizado norte-americano Jean Louis Rodolphe Agassiz foi escolhido por Martius para continuar as investigações do Spix sobre os peixes brasileiros de água doce quando este faleceu, em 1826. Agassiz visitou o Brasil entre 1865 e 1866, junto com sua esposa, a educadora norte-americana Elizabeth Cabot Cary Agassiz, e contratou os fotógrafos Georges Leuzinger e Augusto Stahl para ilustrar o livro que escreveu sobre a expedição, em conjunto com sua esposa. Os produtos fotográficos de suas pesquisas incluíram uma série de retratos de africanos da autoria de Augusto Stahl que representam uma valiosíssima contribuição a nosso conhecimento dos grupos étnicos africanos presentes no Brasil no século XIX, que hoje se encontram no Peabody Museum of Anthropology and Ethnology nos Estados Unidos (ERMAKOFF, 2004).

A escravidão foi abolida nos Estados Unidos no final da Guerra da Secessão (1861-1865), no mesmo ano em que a expedição de Agassiz aportou no Brasil. Segundo Agassiz, os brasileiros viam como inevitável a abolição no seu país. Na seção do livro intitulada “Conseqüências da emancipação dos negros nos Estados Unidos”, o zoólogo mostra que, para ele, o negro era um ser primitivo para quem a liberdade seria uma dádiva desperdiçada e cuja presença representava uma ameaça à qualidade de vida dos brancos:

[Os] negros continuavam a dançar ao clarão duma grande fogueira. De tempos em tempos, quando a sua excitação atingia o mais alto grau, eles atiravam as chamas que projetavam estranhos e vivos clarões sobre o grupo selvagem. Não se podem contemplar esses corpos robustos, nus pela metade, essas fisionomias desinteligentes, sem se formular uma pergunta, a mesma que inevitavelmente se faz toda vez que a gente se encontra em presença da raça negra: “Que farão essas criaturas do dom precioso da liberdade?” O único meio de pôr um termo às dúvidas que nos invadem então é pensar nas **conseqüências do contato dos negros com os brancos**. Pense-se o que se quiser dos negros e da escravidão, **sua pernicioso influência sobre os senhores não pode deixar dúvidas em ninguém**. (AGASSIZ, 2000:66, grifo nosso)

Mais adiante, numa nota de rodapé, o cientista deixa claro que, para ele, o pior dessa “perniciosa influência” seria a miscigenação:

Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados, por uma falsa filantropia, a romper todas as barreiras colocadas entre elas deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro. **Veriam que essa mistura apaga as melhores qualidades quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu.** Numa época em que o novo estatuto social do negro é, para os nossos homens de Estado, uma questão vital, seria bom aproveitar a experiência de um país onde a escravidão existe, é verdade, mas onde há mais liberalismo para com o negro do que nunca houve nos Estados Unidos. Que essa dupla lição não fique perdida! Concedamos ao negro todas as vantagens da educação; demos-lhe todas as possibilidades de sucesso que a cultura intelectual e moral dá ao homem que dela sabe aproveitar; mas respeitemos as leis da natureza e, em nossas relações com os negros, **mantenhamos, no seu máximo rigor, a integridade do seu tipo original e a pureza do nosso.** (ibidem, p.282, grifo nosso)

Assim, Agassiz estabelece os princípios que regeriam o sistema de segregação que se instaurou nos Estados Unidos depois da Guerra da Secessão e duraria até a primeira metade do século XX. Mais tarde, o médico e antropólogo brasileiro Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) apontaria o sucesso com que os norte-americanos implementaram esta forma de *apartheid* como fator da superioridade econômica dos Estados Unidos e da inferioridade do Brasil (RODRIGUES, 2004).

### **2.1.3 Sir Richard F. Burton (1821-1890)**

Longe de ser um típico súdito da rainha Vitória nas suas posturas morais e culturais, mesmo assim, Sir Richard Francis Burton demonstrou que compartilhava a postura racial que prevalecia em Oitocentos. Seu livro, *The Highlands of Brazil (Viagens aos planaltos do Brasil)*, traz um relato da viagem que o explorador, diplomata, escritor e tradutor empreendeu a partir do dia 12 de junho de 1867, enquanto representava o governo de sua majestade

britânica no porto de Santos. No primeiro volume da obra, Burton discorre sobre as relações raciais na cidade mineira de Morro Velho, numa mina de ouro explorada pela São João Del-Rei Mining Company. Mesmo naquela época, havia uma doutrina de “democracia racial” quando, na prática, o que existia era a supremacia do branco. Segundo Burton,

Pode-se dizer com toda verdade que, como um campo para o homem branco, não existe uma país que se iguale ao Brasil [...] Neste, o mais democrático dos impérios [...] todos os brancos, mas nem todos os homens livres, são iguais, tanto no nível social e político [...]. A aristocracia da pele é tão forte – apesar do apotegma oficial que “todos os homens são iguais” – que nada pode substituí-la. (BURTON, 1969:262)

Brasileiros de pele branca eram raros, observou Burton, enquanto havia um estigma social associado com um alto teor de melanina:

Como a raça no Brasil é muito misturada, as alusões à cor da pele, na sociedade em geral, são consideradas de péssimo gosto. O estrangeiro, contudo, logo observará que as famílias do puro sangue branco têm disto um orgulho desmedido. (ibidem, p.262, nota)

Burton não esconde que ele mesmo considera os brancos uma “raça” superior, mas, como ele pertencia à nata desta categoria, também se ofendia quando um branco de classe inferior o tratava sem a devida deferência:

Todo “branco” é tão bom quanto seu vizinho, pelo mesmo princípio que cada rebento da raça basca tem um título igual da “nobreza”. Isso, natural e inevitavelmente, resulta da presença de uma raça inferior e de uma casta servil. E acontece, assim, que a sociedade só conhece duas divisões, homem livre e escravo, ou, como sinônimos, homem branco e homem negro<sup>5</sup>. Daí decorre, como acontece nos Estados

---

<sup>5</sup> Ao fazer esta generalização, Burton passava por cima das complexidades da situação racial no Brasil no século XIX. Entre os negros também havia libertos e negros que nasceram livres. Segundo Thomas Flory, “Antes do primeiro censo nacional de 1872, os dados estatísticos sobre a população são fragmentados, mas várias contagens realizadas nas províncias nas primeiras duas décadas após 1822 revelam que uma grande porcentagem dos novos cidadãos brasileiros poderia ser classificada como negro ou pardo” (1977:200). De acordo com o mesmo autor, os negros e pardos livres constituíam 16% da população do Rio de Janeiro em 1840; 40% da população de Minas Gerais em 1821; e 44% da população de Pernambuco em 1839 (ibidem, p.201).

Unidos, a desnecessária insolência com que o proletário da Europa se deleita em manifestar sua independência. Um marinheiro inglês extraviado, que eu nunca vira antes, dirigiu-se a mim tratando-me simplesmente de “Burtin”, etc., etc. (ibidem, p.262)

As noções do determinismo climático, da vida comparativamente amena do escravo no Brasil e da inevitável extinção de uma raça “inferior” inserida numa sociedade civilizada – conceitos que surgiam com freqüência quando as atenções dos intelectuais se voltavam para o Brasil no século XIX – estão presentes nessa obra de Burton. Numa nota de rodapé no capítulo XXVIII, ele faz esta observação:

Um das boas generalizações de Humboldt, entre as muitas más, é que “a facilidade de aclimação parece estar em razão inversa da diferença que existe entre a menor temperatura da zona tórrida e a do país nativo do viajante ou colono que muda de clima” (*Viagens*, cap. 3). A distância pode ser estendida, em um sentido moral, às raças; os que habitam latitudes vizinhas misturam-se, geralmente, mais intimamente e, quando no exterior, se sentem mais em casa do que aqueles cujos lares são mais longínquos. O senhor de escravo inglês sente-se muito distante do africano; o brasileiro, como seu antepassado, o português, trata-o com muito mais familiaridade, e o resultado foi deplorável. (ibidem, p.270)

Antecipando a visão luso-tropicalista de Gilberto Freyre, Burton declara:

Não demorarei em discutir se a raça ou o clima, a religião ou a situação da sociedade, ou todos esses fatores combinados, são os responsáveis pelo tratamento excepcionalmente humano que o escravo recebe no Brasil; posso, contudo, assegurar que, em nenhuma outra terra, nem mesmo nos países orientais, uma “gota tão amarga” contém tão pouco fel. **Minha experiência nunca revelou um caso de crueldade praticado contra escravos, e somente ouvi falar de alguns poucos casos de flagelação severa.** Por outro lado, ouvi falar de **muitas conseqüências terríveis do excesso de benevolência.** (ibidem, p.270, grifo nosso)

Um viajante que conhecia várias partes da Ásia, África e Oriente Médio, Burton acreditou que os escravos que trabalhavam na mina de ouro tiveram a sorte descomunal de viver no cativeiro no Brasil:



Nunca vi negros tão bem vestidos. Os homens têm dois jogos de roupa por ano: camisa e roupas de serviço, de algodão para o calor e de lã para o tempo de frio; os trabalhadores do subsolo recebem, além disso, uma resistente camisa de lã e um chapéu bem forte, para proteção da cabeça. Cada um recebe um cobertor de algodão, renovado todos os anos, e, se a roupa se estragar ou rasgar, o gerente fornece outra. As mulheres trabalham com camisas de tecido de lã e saias de material mais forte; habitualmente, usam lenços em torno do pescoço, cobrindo, assim, o peito, e um ombro, segundo a moda das minas africanas, fica nu. No inverno xales de tecido vermelho são acrescentados à vestimenta. O trabalhador escravo é recompensado com presentes de dinheiro; pode sair dos terrenos da companhia, e mesmo ir a Sabará; é promovido a lugares de confiança e mais bem pagos; pode tornar-se feitor ou capataz, entre sua própria gente; e, nas revistas, usa tiras e emblemas de bom comportamento, e se candidata à liberdade. Os principais castigos são multas, que os negros, como os hindus, detestam em particular; essas multas, que montam, atualmente, a 400\$000, foram destinadas a fins de caridade e alimentam um pequeno fundo, destinado a socorrer os velhos e os enfermos. (ibidem, p.276-277)

É interessante observar que quando Burton e sua esposa, a *Lady Isabel*, desceram nas entranhas de uma mina, os dois acharam-na um lugar dantesco. Nas palavras de Burton, que passou apenas duas horas abaixo da terra:

Através desse inferno, gnomos e duendes, figuras seminuas, movimentavam-se na escuridão. Aqui, corpos negros, brilhando com gotas de suor, pendurados em correntes em posições que pareciam amedrontadoras; ali, pulavam, como Leotardo, de lugar a lugar; mais adiante apinhavam-se junto a cordas soltas como trogloditas; além, moviam-se em plataformas, que, só de olhar, poriam tonta uma pessoa nervosa. Essa única visão amplamente nos compensou. Era um lugar “Onde muito se pensa, e onde pouco se fala”, mas o efeito permanecerá em nossa retina mental enquanto o nosso cérebro cumprir o seu dever. (ibidem, p.307)

Para o visitante inglês, a simples existência de números maciços de escravos africanos no Brasil serviria para “esmorecer o furioso espírito de emancipação”. Burton cita um artigo intitulado “A extinção da escravatura no Brasil”, de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, traduzido por Richard Austin

e publicado na *Anthropological Review*, n.20, na Grã Bretanha, em janeiro de 1868:

O autor, cujos estudos tornam seus pontos de vista merecedores de todo o respeito, calcula o número de escravos em 1864 entre os extremos do 1.400.000 e 2.500.000. Em 1850, o número era de 4.000.000. Estes algarismos devem, efetivamente, esmorecer o furioso espírito de emancipação. **Se, porém, os negros devem ser mortos, então, que sejam libertados imediatamente.** (ibidem, p.272, nota de rodapé, grifo nosso)

Segundo Burton, os africanos evoluíram depois de sua chegada no Brasil, mas tiveram um efeito pernicioso sobre os brancos. A transformação do trabalho – visto pelos protestantes calvinistas como um ato que reflete a bênção de Deus – numa coisa degradante seria obra do negro e não da instituição da escravidão:

E aqui vemos, distintamente, diante de nós, a extinção da escravatura neste magnífico Império. O negro importado, cativo, proscrito, criminoso vindo da África melhorou muito ao atravessar o mar. A raça superior que o admitiu, contudo, foi por ele altamente prejudicada, sob muitos aspectos, morais assim como físicos, principalmente indispondo-a contra todo o trabalho, e, em destaque, contra o melhor de todos os trabalhos em um país jovem: a agricultura. Onde os negros trabalham, todo trabalho se torna servil, e, em consequência, o povo carece do “altivo camponês, orgulho do país”. Assim, nas terras em que ainda persiste a “instituição” moribunda, há uma classe conhecida, na União Sulista, como *mean whites* e, no Brasil, como “vadios” ou “capadócios”. Estou certo de que, na América do Norte, o *mean white* (branco inferior)<sup>6</sup> tem sido, muitas vezes, apresentado inferior ao que é realmente, e que a importância de sua classe tem sido muito exagerada, por partidarismo, mas, por outro lado, não há palavras bastante fortes para caracterizar a família dos vadios. Ele vive, às vezes, à custa dos diligentes, cujos sentimentos humanitários e católicos não seriam capazes de expulsar um vagabundo de sua porta; com muita frequência, o vadio profissional pode, infelizmente, explorar o trabalho de um, dois ou mais escravos, homens e mulheres. É, assim, um consumidor, não um produtor, e, ao aumentar a população, nela introduz as miríades de males de sangue misturado. Algumas dessas

---

<sup>6</sup> O equivalente, hoje em dia, de “white trash” (lixo branco) ou “trailer trash” (os favelados do primeiro mundo).

famílias de mulatos degradam a humanidade. (BURTON, 2001:326-327)

Também prevê a substituição da mão-de-obra escrava (negra) pela mão-de-obra livre (branca), saudando-a como a solução dos males econômicos do Brasil:

Aproxima-se, contudo, bem depressa o dia em que o vadio será obrigado a trabalhar, como os outros homens livres. Já existem, no Brasil, importantes ramos da indústria nos quais os escravos só são utilizados em caso de muita necessidade. Posso citar, como exemplos, a mineração de ouro e diamante, a navegação dos grandes rios do interior e a criação de gado, que de ano para ano se torna mais importante, especialmente para o imigrante europeu. Na fase atual, aventuro-me a afirmar, o negro só é absolutamente necessário à agricultura, e, mesmo assim, seu papel é meramente provisório, até que a imigração européia estabeleça um fluxo permanente e copioso. Os grandes proprietários, alguns donos de 3.000 e 4.000 escravos, horrorizam-se ante a possibilidade de qualquer medida repentina e prematura, que despoe suas imensas plantações de café e cana, tabaco e algodão. Não se sentem seguros ante as notícias que chegam ao Sul dos Estados Unidos, e sua importância lhes assegura a consideração do país. Sua atitude é legítima, mas sua classe, muito inteligente, será a primeira a saudar a chegada de trabalhadores brancos. O emprego da mão-de-obra livre em larga escala remediará muitos dos males que perduram no Brasil há três séculos. (ibidem, p.327)

Finalmente, Burton cita outro pesquisador, desta vez o Coronel Tulloch, para reiterar a opinião de muitos adeptos do cientificismo que acreditavam na extinção inevitável das raças supostamente inferiores:

Em conseqüência do excesso de óbitos sobre os nascimentos, a população negra em todas as Antilhas Britânicas sofre, anualmente, um decréscimo de 4 por 1.000. Em Tobago, o decréscimo é de 16 por 1.000. O Coronel Tulloch observa: "Antes de um século, a raça negra estará quase extinta nas colônias inglesas das Índias Ocidentais" (*Anthropological Review*, agosto de 1864, página 169). O negro não pode viver em presença do homem civilizado: o Brasil prova que, a não ser que seja recrutado em sua terra nativa, a população negra não é mais viável que os 'índios vermelhos' [os povos

indígenas da América do Norte]. Sua regra e 'manifesto destino' são os de todos os selvagens. (ibidem, p.277)

Eis as opiniões formadas por um indivíduo que, em muitos respeitos, demonstrou um estágio de independência intelectual muito avançado para sua época. Entre outras façanhas, Sir Richard Francis Burton traduziu *As mil e uma noites* sem censura e afrontou a sociedade inglesa com sua tradução do livro erótico *O jardim perfumado*; penetrou as cidades proibidas de Meca e Medina, disfarçado como muçulmano; explorou a África em busca das fontes do Nilo e traduziu *Os lusíadas*, de Camões. Um dos homens mais viajados e ilustrados de seu tempo, Burton mantinha a imagem de um aventureiro rebelde que rejeitava os costumes vitorianos. Mesmo assim, aceitou, sem questionar, as noções científicas sobre raça e classe que predominavam na Europa e no Brasil em Oitocentos.

## **2.2 A influência européia sobre as atitudes raciais no Brasil**

Para compreender os conflitos intelectuais que as elites brasileiras sofriam quanto aos efeitos nocivos, ou não, da miscigenação, é necessário verificar a extensão e o impacto da influência européia sobre o pensamento dos brasileiros e a visão do "racismo científico" europeu sobre a mistura racial. A situação do Brasil foi abordada especificamente por ideólogos racistas como Joseph Arthur Comte de Gobineau, Henry Thomas Buckle e Georges Vacher de Lapouge.

O fenômeno que Vianna Moog denomina *mazombismo* prevalecia nos círculos intelectuais brasileiros a partir do início de Oitocentos (WAGLEY, 1979:4). Os *mazombistas* "criticavam tudo que era brasileiro" e imitavam os costumes europeus, primeiro os dos portugueses, depois os franceses e ingleses. Tentavam escrever, pintar, compor músicas e, no máximo possível, pensar como os europeus (ibidem, p.4). Um complexo de inferioridade impeliu às elites brasileiras ser "mais europeus que os europeus" e importar várias idéias novas do continente – como, por exemplo, o positivismo –, apesar dos protestos de intelectuais do peso de Sílvio Romero e Capistrano de Abreu a partir da década de 70 do século XIX (BURNS, 1993:201-202). Segundo o

historiador E. Bradford Burns, “suas admoestações constituíram as fontes de uma corrente de nacionalismo cultural que, dentro de duas gerações tornar-se-ia um rio turbulento” (ibidem, p.202).

Apesar dessas advertências, muitos de seus colegas brasileiros adotaram as posturas dos principais autores europeus que se debruçavam sobre a questão da hierarquia das raças humanas, entre eles o Conde de Gobineau, Lapouge, Houston Chamberlain, Madison Grant e Gustave Le Bon. De acordo com o brasilianista J. Michael Turner, a influência do Conde de Gobineau, Grant e outros darwinistas sociais levou alguns eminentes baianos brancos a condenar a “miscigenação” de seu país e da nacionalidade brasileira pelos brasileiros negros e pardos e seus costumes e tradições por demais africanos, principalmente o Candomblé (TURNER, 1976:62).

Os intelectuais brasileiros também foram influenciados pelas teorias de determinismo climático de Henry Buckle, Friedrich Ratzel e Ellsworth Huntington. Ficaram desanimados com a sentença proferida por essas autoridades: suas origens raciais e clima condenavam o Brasil à posição de um país de segunda categoria (WAGLEY, 1979:2).

Naturalmente, antes de aceitar ou contestar as teorias francesas, inglesas e norte-americanas sobre a suposta superioridade da “raça branca” e a influência nociva do clima tropical sobre a civilização brasileira, os brasileiros sofreram a influência do pensamento português sobre as relações raciais e a miscigenação.

### **2.2.1 As atitudes raciais dos portugueses**

José Honório Rodrigues observa que a primeira impressão dos portugueses sobre os africanos foi de “bestialidade, brutalidade e maldade”:

Disformes, horríveis, cruéis, bestiais, ferozes são os traços físicos e espirituais com que Barros, Castanheda, Góis e Osório descrevem os negros. Por isso Randles escreve, com razão, que a importância destas descrições consiste em que nelas se basearam as coleções de viagens e os compêndios avidamente lidos pelo público europeu. E mais, foram elas que deram o tom aos julgamentos posteriores sobre os negros. (RODRIGUES, 1982:33-34)

A Companhia de Jesus protegeu os índios da escravidão no Brasil, mas o negro não recebeu a mesma proteção. Embora Padre Antônio Vieira e outros jesuítas denunciassem a brutalidade que o escravo africano sofria e questionassem a legitimidade da instituição da escravatura, nunca fizeram um esforço sistemático para ajudar os negros, como fizeram para o povo indígena (BURNS, 1993:45).

Segundo as normas científicas da época, o negro era considerado inferior e foi construída a doutrina da superioridade do europeu branco e “dólico-louro”, que justificava a dominação e a escravização do africano e seus descendentes (RODRIGUES, 1982:34). Foi essa antiga crença de que o povo “ariano” – inclusive os louros doliocéfalos que povoaram os poderosos Estados Unidos – era superior aos negros e até aos brancos de cabelos e olhos castanhos que levou muitos intelectuais brasileiros de Oitocentos a aceitar uma doutrina que proclamava e insistia na inferioridade de seu próprio povo e país.

### **2.2.2 Racismo pseudocientífico**

Três grandes escolas de pensamento racista surgiram no decorrer do século XIX: a biológico-etnológica, a histórica e a do darwinismo social. Uma das maiores influências européias sofridas pelo pensamento brasileiro emanou da filosofia do racismo histórico dos franceses Gobineau, Le Bon e Lapouge. Devido à aceitação das teorias desses ideólogos,

muitos brasileiros associavam a brancura com a beleza, a inteligência e a habilidade. De outro lado, quanto mais escura a pele, menos possibilidade teria que a pessoa possuísse estas características. (BURNS, 1993:316)

Joseph Arthur Comte de Gobineau, melhor conhecido no Brasil como o Conde de Gobineau (1816-1882), teve um grande impacto nos intelectuais brasileiros porque abordou a situação da miscigenação neste país em seus trabalhos, escritos durante e após uma estada prolongada no Brasil. Também foi amigo íntimo do Imperador D. Pedro II, quem o aristocrata francês

considerava o único brasileiro que não sofria da “mistura impura” da mestiçagem<sup>7</sup>. O autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Gobineau via o Brasil como a “prova viva” de sua teoria sobre a supremacia ariana (SKIDMORE, 1974:30). Segundo sua teoria pseudocientífica, onde quer que uma comunidade branca fosse encontrada, tornar-se-ia o centro de gravidade do mundo intelectual (MERÉJE, s/d, p.17).

Gobineau acreditava que o povo brasileiro tinha sido “maculado irremediavelmente” pela miscigenação e sentia nojo de uma população que era, para ele, totalmente mestiça, corrompida, enfraquecida e feia. O conde também declarou que a mistura racial era tão extensa que “as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração da espécie mais deprimente entre as classes inferiores tanto quanto nas elites” (SKIDMORE, 1974:29-30).

Num artigo que incentivava a emigração europeia para o Brasil, Gobineau declara que “a grande maioria da população brasileira é mestiça, o resultado de misturas entre os povos indígenas, negros e um pequeno número de portugueses” (GOBINEAU, 1874:368). Para não assustar o futuro colono branco, garante que o mulato só era capaz de gerar um número limitado de gerações: “A infertilidade nem sempre existe nos casamentos, mas sua prole se torna, paulatinamente, tão débil, tão pouco viável, que desaparece antes de gerar filhos ou gera filhos que não conseguem sobreviver” (ibidem, p.369). Gobineau calculou que o mestiço desapareceria do Brasil em menos de 200 anos, devido à crescente degeneração causada pela miscigenação e previu que as alianças formadas com as “raças superiores” da Europa resultariam na revitalização do Brasil: “A raça será restaurada, a saúde pública irá melhorar, o temperamento moral será revitalizado e as mudanças mais felizes serão introduzidas no estado social desse admirável país” (ibidem, p.369).

Outras teorias racistas foram apresentadas por Gustave Le Bon e Georges Vacher de Lapouge. Le Bon classificou as raças humanas por grau de superioridade, com os brancos em primeiro lugar. E. Bradford Burns observa que “particularmente preocupante para os brasileiros foi a declaração de Le Bon que a miscigenação gerava uma prole inferior a ambos os pais” (BURNS,

---

7 D. Pedro II discordava de Gobineau, pelo menos, em princípio. Declarou numa carta dirigida ao amigo francês, que não existia preconceito racial no Brasil: “Aqui, a democracia significa a ausência de qualquer preconceito de origem, crença ou cor” (apud IANNI, 1970:268).

1993:316), inclusive o progenitor mais “evoluído”. Lapouge caracterizou o Brasil como “um vasto estado negro no caminho de volta à barbárie” (ibidem, p.316).

O autor brasileiro Rodrigues de Meréje aborda as teorias de Gobineau e Lapouge no livro *O problema da raça*, num capítulo intitulado “Gobinismo”. Descreve as teorias de Lapouge como gobinismo levado ao extremo e misturado com teorias sócio-darwinistas de seleção natural e evolução. Para Lapouge, havia duas raças humanas na Europa, os conquistadores ‘arianos’ (*Homo europaeus*) e os conquistados e escravos, que denomina os ‘celtas’ ou ‘alpinos’ (*Homo alpinus*). Lapouge acreditava que estas duas “raças” fossem física e moralmente distintas e que os ‘arianos’ eram sempre predestinados a dominar os outros, onde quer que estivessem. De outro lado, os ‘alpinos’ eram submissos e passivos, dispostos a vícios e vulgaridade (MERÉJE, s/d, p.18-19). Lapouge propôs a seguinte classificação dos dois grupos:

#### **Arianos**

“Raptos orbis”

Gênios

Para conseguir, basta querer

Protestantes

Necessidade de progredir

Predispostos aos mais nobres feitos

#### **Alpinos**

Medíocres

Difícilmente chegam a ter talento

Católicos

Desconfiados

Cultuadores de tradição

Outra característica que definiria os “alpinos”, de acordo com Lapouge, era devoção à família (o conceito de devoção ao Estado sendo muito além de sua compreensão). Eram preguiçosos, mas econômicos e, quando inteligentes, acumulavam mais idéias do que geravam (ibidem, p.18-19).

Gobineau e Le Bon concordavam que a miscigenação resultava na decadência da humanidade, mas Lapouge achava que, muito pior, constituía um fator que prejudicava a raça superior: uma vez que os “arianos” eram tidos como mais corajosos e guerreiros, a taxa de mortalidade entre eles seria maior porque lutavam e morriam nas guerras; sua religiosidade mais intensa também os levava a escolher o caminho do celibato, reduzindo assim sua taxa de natalidade (ibidem, p.20-21). Lapouge acreditava que a maneira mais eficiente de exterminar os povos inferiores era encorajar seus vícios, principalmente a



luxúria e a embriaguez. Uma vez que tanto Gobineau como Lapouge achavam que a mais decadente das raças era a africana, isto, para eles, parecia a perfeita solução para “o problema do negro”. Os dois franceses acreditavam que a eugenia através da seleção dos seres humanos mais aptos para reproduzir, devido a suas qualidades físicas e morais, teria um resultado vitorioso para a “raça ariana” (ibidem, p.24).

### **2.2.3 Determinismo climático**

Segundo José Honório Rodrigues, o determinismo climático influenciou a visão portuguesa da África que foi transplantada para o Brasil:

Também a idéia da maldade do clima, da zona tórrida, inabitável, de um calor inacreditável, que queimava os navios e equipagens, já desde D. Sebastião diminui a África [...] Assim, ao lado da maldade e feiúra humanas, se acrescentavam a ruindade e a esterilidade do clima. (RODRIGUES, 1982:35)

Os portugueses associavam o clima “seco e estéril” da África com a “bestialidade e maldade” do africano. Rodrigues conclui que:

Se os portugueses tinham da África estas imagens e formavam esses estereótipos, que ainda dominam, é de crer que os importassem para o Brasil e a nossa gente, como os difundiram na Europa, onde cedo a deformação cresceu. (ibidem, p.35)

Um autor que acreditava nas influências da genética e do meio-ambiente na civilização que teve uma influência profunda na auto-imagem do brasileiro foi um inglês chamado Henry Thomas Buckle (1821-1862). Buckle ajudou a promover uma idéia que já tinha ampla aceitação no Brasil – a de que os europeus eram superiores tanto política quanto economicamente devido à sua raça e ao clima do continente e a de que a manutenção de civilizações fora da Europa por povos não-europeus era uma impossibilidade (SKIDMORE, 1974:28). Sua interpretação do determinismo climático foi aplicada especificamente ao Brasil em seu livro *History of Civilization in England*

(*História da civilização na Inglaterra*). O conteúdo desse trecho de sete ou oito páginas foi disseminado no Brasil por Sílvio Romero, que o traduziu e publicou em seu livro *História da literatura brasileira* (1888). Graças a ele, qualquer brasileiro letrado podia meditar sobre as seguintes palavras:

Entre esta pompa e esplendor da natureza, porém, nenhum lugar foi deixado para o homem! [...] É reduzido à insignificância pela majestade que o cerca. As forças que se lhe opõem são tão formidáveis que ele nunca foi apto a lhes fazer frente, nunca foi capaz de resistir à sua acumulada pressão. **O Brasil todo, a despeito de suas inúmeras vantagens aparentes, tem permanecido inteiramente inculto, vagando seus habitantes selvagens e impróprios para resistir aos obstáculos que a generosidade da natureza pôs em seu caminho.** Os aborígenes, como todo o povo na infância da sociedade, foram adversos a empresas, e, sendo desconhecedores das artes com que se removem os obstáculos físicos, nunca intentaram opor-se às dificuldades que obstaram ao seu progresso social [...]. **Nenhures é tão penoso o contraste entre a grandeza do mundo externo e a pequenez do interno. O pensamento intimidado por esta luta desigual não só tem sido incapaz de avançar, como sem o auxílio estrangeiro teria indubitavelmente recuado.** Até ao presente, com todos os proventos, constantemente introduzidos da Europa, não existem sinais de progresso real; não obstante a freqüência de estabelecimentos coloniais, menos de um quinto da terra é cultivado. (apud ROMERO, s/d, p. 13, grifo nosso)

#### **2.2.4 A resposta brasileira**

Assim, os intelectuais brasileiros de Oitocentos liam nas obras dos filósofos e teóricos europeus que não bastava ter pele branca para pertencer à raça superior – também era necessário ser “ariano”. Pior, a raça “alpina” que colonizou o Brasil se misturara com os negros e os índios, condenando seu povo à extinção. O antropólogo Charles Wagley descreveu a resposta brasileira assim:

Ao acompanhar o “pensamento científico” do final do século XIX e início do século XX, ficou claro para os intelectuais brasileiros (e para alguns nem tão intelectuais assim) que o Brasil estava destinado a ocupar um escalão inferior entre as nações, devido a dois fatores imutáveis. Estes eram a

inferioridade racial do negro e do índio e dos mestiços descendentes destas raças mais escuras e os europeus [...]. Iguamente, este “pensamento científico” do Oitocentos, que se manteve no século seguinte, também insistia na influência debilitante do clima tropical. (WAGLEY, 1979:1)

Desanimados, muitos tornaram-se pessimistas sobre o futuro de seu país, acreditando que a miscigenação e a presença do africano e do afro-descendente no Brasil condenavam-no a uma posição de inferioridade no mundo. Entre esses intelectuais incluem-se o historiador José Capistrano de Abreu (1853-1927) e Nina Rodrigues.

Influenciado pelos sistemas sociológicos de Herbert Spencer e Auguste Comte e pelos empreendimentos historiográficos de Buckle e Hippolyte Taine, Capistrano de Abreu pensava que a diversidade racial tivesse um efeito devastador para o organismo social, superado a duras custas. Mesmo assim, sua conclusão é otimista:

A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda e livre e nu, mesmo quando pertencentes à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separados. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia sua inferioridade.

Em suma, dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade. Só muito devagar foi cedendo esta dispersão geral, pelos meados do século XVII. Reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamelucos, mulatos, caboclos, caribocas, todas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns de outros, apesar de todas as diferenças flagrantes e irredutíveis, do que do invasor holandês: daí uma guerra começada em 1624 e levada ao fim, sem desfalecimentos, durante trinta anos. Em São Vicente, no Rio, na Bahia e em outros lugares, por meios diferentes, chegou-se ao mesmo resultado. (ABREU, 2000:80)

Em outras palavras, a força do patriotismo e do nacionalismo superaria as “forças dissolventes, centrífugas” de um país miscigenado.

Em *Os africanos no Brasil*, obra póstuma de Nina Rodrigues, o médico legista que inaugurou o estudo do negro no Brasil, o autor explicitou sua versão nacionalista do racismo pseudocientífico e do determinismo climático assim:

O critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções [...]. **A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo.** Na trilogia do clima intertropical inóspito aos brancos, que flagela grande extensão do país; do negro, que quase não se civiliza; do português rotineiro e improgressista, duas circunstâncias conferem ao segundo saliente preeminência: a mão forte contra o branco, que lhe empresta o clima tropical, as vastas proporções do mestiçamento que, **entregando o país aos mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da raça branca. E esta foi a garantia da civilização nos Estados Unidos.** (RODRIGUES, 2004:19-21, grifo nosso)

Portanto a ideologia do branqueamento através da miscigenação e de incentivos para a imigração européia pode ser vista como resultado direto da aceitação e assimilação do gobinismo, do sócio-darwinismo, do determinismo climático e de outros “ismos”, principalmente o racismo – a ideologia da superioridade da “raça branca” e da inferioridade dos “não-brancos”, mesmo quando, nas palavras de Nina Rodrigues, “nem precisamos dissimular a viva simpatia que nos inspira o negro brasileiro” (ibidem, p.19).

No seu livro *As raças humanas – a responsabilidade penal no Brasil*, Nina Rodrigues cita Herbert Spencer:

Qual é o efeito da mistura das raças sobre a natureza mental, inquire Spencer (*Essais scientifiques*, Paris, 1879), como um

dos grandes problemas da psicologia comparada da humanidade? Em todo o reino animal, temos motivo para crê-lo, todo cruzamento entre variedades que se têm tornado muito estranhas uma da outra, no físico nada produz que preste; ao contrário, a união entre variedades ligeiramente diferentes dá, no físico, bons resultados. Dá-se o mesmo para a natureza mental? A julgar por certos fatos, a mistura entre raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um tipo mental sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior, nem para o da raça inferior, que não presta enfim para gênero algum da vida [...]. (RODRIGUES, 1894:92-93)

E o médico-legista brasileiro conclui que “o mestiçamento no Brasil confirma e exemplifica estas previsões” (ibidem, p.93).

Mas nem todos os brasileiros se entregaram ao pessimismo. Sívio Romero, depois de traduzir e publicar o texto de Buckle, tratou de desmentir a tese de que o progresso do Brasil fosse paralisado pela exuberância da natureza:

Esta memorável passagem, que devia ser meditada por todos os brasileiros, é verdadeira em seu sentido geral; mas envolve mais de uma inexatidão.

É certo que os primitivos habitantes do país não ultrapassaram os últimos degraus da selvageria; é exato ainda que a nossa atual civilização é toda impregnada de barbarismo. Só os patriotas desajuizados poderão contestá-lo. Buckle, porém, é pelo menos incompleto quando faz dependerem as civilizações antigas do calor e umidade, ou da fertilidade da terra e de um vasto sistema fluvial. A filosofia da história, sempre que maneja um princípio único, expõe-se a equívocos. O princípio invocado pelo autor inglês não é tão exato e profundo como lhe pareceu, porquanto civilizações antigas existiram em regiões onde se não encontram tais requisitos. Basta ponderar o caso das civilizações da Síria, Fenícia, Grécia e Etrúria, países tão diferentes da Índia, Egito, México e Peru.

Ainda mais: regiões existem, dotadas das qualidades encomiadas, que não foram a sede de civilizações antigas. A grande península denominada Indochina em sua quase totalidade, a Austrália e as regiões do Níger e do Congo são a prova.

Pelo que toca ao Brasil, favorecido em larga escala pelas condições exigidas, o agente perturbador, na frase de Buckle, é o *trade-wind*, que faz o país periodicamente ser devastado pelas mais impetuosas torrentes.

Creio que vai aqui alguma dose de engano. (ROMERO, s/d:14)

Procurando a abordagem ideal para a historiografia do seu país, Romero observou:

Se a teoria de Buckle é em demasia cosmográfica, a de Martius demasiado etnológica, a dos discípulos de Comte é em extremo social, sem atender a outros elementos indispensáveis. A filosofia da história de um povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana. São conhecidas as dificuldades quase insuperáveis dos estudos sociológicos. Uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico, por todas as suas faces, com fatos positivos e não por simples frases feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas em que se acharam os povos para aqui imigrados nos primeiros tempos da conquista; determinar quais os hábitos antigos que se estiolaram por inúteis e irrealizáveis, como órgãos atrofiados por falta de função; acompanhar o advento das populações cruzadas e suas predisposições; descobrir assim as qualidades e tendências recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos de psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura (ibidem, p.8).

Entretanto concluiu: “De todas as teorias propostas a de Spencer [o darwinismo social] é a que mais se aproxima do alvo, por mais lacunosa que ainda seja” (ibidem, p.8).

Segundo Nilo Odalia, filósofo, historiador e professor da Unesp,

Se, de um lado, Capistrano de Abreu é o exemplar único de uma interpretação histórica que privilegia o indígena e sua sociedade como centro irradiador de suas preocupações, de outro, ele se inscreve no extenso rol de historiadores brasileiros que, submissos e dependentes das teorias importadas da Europa, positivismo, spencerismo, teorias raciais etc., se dilaceram na dicotomia de, ao mesmo tempo, terem de atender às imposições teóricas que condenavam o Brasil a um triste destino, e contribuírem para que a profecia altamente negativa de homens como Lapouge, Gobineau, Buckle etc. não se realizasse; o Brasil deveria constituir-se uma Nação. É nesse quase ato de vontade, em que se nega um destino prefixado pelos iluminares europeus, que podemos

encontrar o que existe de criador e inventivo em homens como Oliveira Vianna, Sílvio Romero e outros, pois, não tendo forças nem morais nem intelectuais para renegarem o que recebiam como quinta-essência do cientificismo europeu, deram tratos à bola para conciliarem-na com a realidade do país, que se formava diante de seus olhos. (ODALIA, 1997:15-16)

Também podemos inscrever o nome de Manuel Raimundo Querino no diminuto rol daqueles que tiveram forças morais e intelectuais para renegar grande parte da “quinta-essência do cientificismo europeu”. Seu artigo “O colono preto como fator da civilização brasileira” (ver o texto integral no final deste artigo) é uma resposta contundente aos trabalhos de Nina Rodrigues e outros adeptos do “racismo científico”. Nele, Querino destaca não somente os conhecimentos que o “colono preto” trouxe ao Brasil e sua contribuição ao desenvolvimento do país, mas também compara os “espártacos africanos” aos escravos gregos na Roma Antiga, observando que:

os escravos gregos eram instruídos, tanto nos jogos públicos como na literatura, vantagens que o africano escravizado na América não logrou possuir, pois o rigor do cativo que não consentia o menor preparo mental, embotava-lhe a inteligência. (QUERINO, 1938:148-149)

No caso do Quilombo de Palmares – a “Tróia Negra” –, a comparação favorece os quilombolas:

O escravo grego ou romano, abandonando o senhorio, não cogitava de se organizar em sociedade regular, em território de que porventura se apoderava; vivia errante ou em bandos entregues a pilhagem. A devastação, de que se fizeram pioneiros os escravos romanos, inspirava terror a todos os que tinham notícias de sua aproximação. Os fundadores de Palmares não procederam de igual modo; procuraram refúgio no seio da natureza virgem e aí assentaram as bases de uma sociedade, a imitação das que dominavam na África, sua terra de origem, sociedade, aliás, mais adiantada do que as organizações indígenas. (ibidem, p.149)

Na apresentação de “A raça africana e os seus costumes na Bahia”, Manuel Querino cita Rocha Pombo, indicando que o Quilombo dos Palmares teria introduzido o conceito da república no Brasil:

“Quem havia de pensar que estes homens sem instrução, mas só guiados pela observação e pela liberdade, foram os primeiros que no Brasil fundaram uma república, quando é certo que ainda naquele tempo, não se conhecia tal forma de governo, nem dela se falava no país?” (apud QUERINO 1938:23)

Em várias obras, fornece evidências mais recentes das contribuições do negro e seus descendentes:

Sem nenhum esforço, pudemos aqui citar o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, Padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glicério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Teófilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas, o *Cabra*, João da Veiga Murici e muitos outros, só para falar dos mortos. (ibidem, p.160)

### **2.2.5 A posição do negro no Brasil oitocentista**

Segundo Richard Burton (1969:262), “a sociedade só conhece duas divisões, homem livre e escravo, ou, como sinônimos, homem branco e homem negro”. Entretanto, tomando emprestadas as palavras de Sílvio Romero, esta observação é “verdadeira em seu sentido geral; mas envolve mais de uma inexatidão” (ROMERO, s/d:14). A realidade era e é muito mais complexa. Havia negros e pardos livres, libertos e escravos, mas a única distinção entre eles era jurídica e não genética. De acordo com o historiador Thomas Flory, da Universidade da Califórnia de Berkeley,

Seria impossível fazer qualquer diferenciação fenotípica entre estas categorias [livres, libertos e escravos] e o mar de rostos negros que tanto impressionava aos visitantes estrangeiros ao Brasil incluía ingênuos, libertos e escravos numa mistura atordoante. Um viajante norte-americano, Thomas Ewbank [1856], comentou sobre a vasta gama de tarefas realizadas



por negros de várias cores e condições de vida, mas a impressão predominante que teve foi que todos eram da mesma raça. Os vários tipos de status legal dentro desta mesma categoria deixavam-no confuso. Finalmente, chegou à débil conclusão de que a maneira de distinguir entre os escravos e os negros livres era que os últimos calçavam sapatos. (FLORY, 1977:202)

A questão de como distinguir entre um negro livre e um escravo gerou um problema e uma resposta: o estabelecimento de um sistema de discriminação que dura até os dias de hoje. Thomas Flory fornece este exemplo de como “negro” se tornou sinônimo de “escravo” na percepção de um oficial brasileiro:

Os negros e pardos livres [...] continuaram a ser afetados por medidas imprecisas dirigidas ostensivamente aos escravos. Os conflitos que surgiam nestes casos levavam inevitavelmente a problemas de terminologia oficial nos primeiros anos de Independência. Num caso típico em 1824, o Ministério da Justiça decretou que negros capoeiras responsáveis por comportamentos desregrados na cidade do Rio de Janeiro fossem castigados severamente; mas no meio deste decreto, o ministro, talvez inconscientemente, mudou a terminologia da frase imprecisa “negro capoeira” para o termo específico “escravo”. Vários meses depois, o ministro foi obrigado a emitir um esclarecimento [...]. O decreto anterior, disse, “enquadrava várias classes de indivíduos, até homens livres e brancos”. (FLORY, 1977:203)

A confusão entre os livres e os libertos gerou uma nítida discriminação contra os últimos, mesmo na Constituição de 1824. Segundo o Artigo nº 6 do TITULO 2º,

São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil. (PDBA)

Mas os libertos não gozavam dos mesmos direitos que os ingênuos, porque segundo o Artigo nº 94 do Capítulo VI, que rege “As Eleições”,

Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

- I. Os que não tiverem de renda líquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.
- II. Os Libertos.
- III. Os criminosos pronunciados em querela, ou devassa (PDBA).

Assim como na Constituição dos Estados Unidos, nem todos os homens foram criados iguais perante a Lei.

No início do movimento pela Independência, em 1821, o *fait accompli* da miscigenação obrigou os patriotas brasileiros a mostrarem-se orgulhosos de um fato que, no íntimo, achavam vergonhoso:

A rivalidade com Portugal deixou todos os brasileiros, independentes de sua cor, abertos aos insultos racistas que formavam parte da imagem estereotipada que os portugueses tinham de sua colônia rebelde. Uma década de insultos trocados promiscuamente inevitavelmente borrou as fronteiras entre a retórica, raça e nacionalidade, obrigando todos os brasileiros a adotarem uma postura defensiva em que a identidade da mistura racial se confundiu com algo parecido como patriotismo. (FLORY, 1977:205-206)

Essa postura seria consolidada até a década de 30 do século XX, quando a herança africana do Brasil foi formalmente aceita como um aspecto inseparável do orgulho nacional numa cultura unicamente brasileira.

Portanto a necessidade de aceitar a miscigenação e proclamar a “democracia racial” do Brasil – pelo menos em público – pode ter suas raízes nos primeiros esforços nacionalistas para obter a independência de Portugal.

### **2.2.6 O abolicionismo no Brasil**

Como sabemos, o Brasil foi o último país do Novo Mundo a abolir a escravidão. Entretanto, diferentemente de outros países – principalmente os

Estados Unidos, onde a abolição resultou de uma sangrenta e prolongada guerra civil –, o processo pacífico completado pela assinatura da Lei Áurea é visto como mais uma amostra da superioridade das relações raciais brasileiras. Esse processo começou em 1850, com a extinção oficial do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queiroz<sup>8</sup> – que efetivamente proibiu a imigração de qualquer negro, livre ou escravo –, depois de décadas de pressão exercida pela Grã-Bretanha e sua Marinha. O próximo passo foi a Lei do Ventre Livre, de 1871.

Apesar da natureza pacífica desse processo, David Haberley observa que nem todos os que apoiavam a abolição eram a favor da presença dos negros e da miscigenação entre negros e brancos (HABERLY, 1972). Esse paradoxo pode ser visto claramente na obra do líder abolicionista Joaquim Nabuco (1849-1910).

Em *O abolicionismo*, um dos seus principais livros, publicado em 1883, ele se mostra solidário com o sofrimento dos negros escravizados:

No Brasil, a questão não é, como nas colônias européias, um movimento de generosidade em favor de uma classe de homens vítimas de uma opressão injusta a grande distância das nossas praias. A raça negra não é, tampouco, para nós, uma raça inferior, alheia à comunhão, ou isolada desta, e cujo bem-estar nos afete como o de qualquer tribo indígena maltratada pelos invasores europeus. Para nós, a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro. Por outro lado, a emancipação não significa tão somente a termo da injustiça de que o escravo é mártir, mas também a eliminação simultânea dos dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor. (NABUCO, 2000:9-10)

Em seguida, expressa a noção generalizada de que os escravos brasileiros fossem bem-comportados porque teriam recebido um tratamento mais humano e esboça uma imagem utópica da vida do negro liberto e livre:

---

<sup>8</sup> Essa lei também representou o primeiro passo legal na promoção do branqueamento do Brasil. Depois da Abolição, em 1888, o Decreto nº 528, de 1890, proibiu a imigração de africanos e asiáticos sem a expressa autorização do Congresso (BURNS, 1993:362-363). “Este preconceito contra os africanos e asiáticos continuou enquanto o governo fez grandes esforços para incentivar a imigração européia” (ibidem).

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor — falando coletivamente — nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas sempre foi isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. (ibidem, p.10)

Também se mostra favorável à imigração europeia ao Brasil – uma vez que considerava o “sangue caucásio” um elemento genético que o brasileiro poderia absorver “sem perigo” (SKIDMORE, 1974:24; NABUCO, 2000:101). Escrevendo antes da Abolição, Nabuco observa que:

No Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, a imigração europeia infunde sangue novo nas veias do povo, reage contra a escravidão constitucional, ao passo que a virgindade das terras e a suavidade do clima abrem ao trabalho livre horizontes maiores do que teve o escravo. (NABUCO, 2000:65)

Como muitos abolicionistas, Nabuco opunha-se à imigração asiática, ao mesmo tempo em que concordava com a opinião de Nina Rodrigues de que a presença do negro constituía um fator do atraso de seu país que qualquer patriota procuraria evitar:

Quando os primeiros africanos foram importados no Brasil, não pensaram os principais habitantes – é verdade que se o pensassem, isso não os impediria de fazê-lo, porque não tinham o patriotismo brasileiro – que preparavam para o futuro um povo composto na sua maioria de descendentes de escravos. Ainda hoje, muita gente acredita que cem ou duzentos mil chins seria um fato sem conseqüências étnicas e sociais importantes, mesmo depois de cinco ou seis gerações. O principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi, assim, africanizá-la, saturá-la de sangue preto, como o principal efeito de qualquer empresa de imigração da China seria mongolizá-la, saturá-la de sangue amarelo. Chamada para a escravidão, a raça negra, só pelo fato de viver e propagar-se, foi-se tornando um elemento cada vez mais considerável da população. A célebre frase que tanto destoou no parecer do padre Campos em 1871 – “Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue Líbico” –, traduzida em prosa, é a gênese primitiva de grande parte do

nosso povo. Foi essa a primeira vingança das vítimas. (ibidem, p.59)

Assim como Nina Rodrigues, Nabuco faz uma comparação entre a realidade racial do Brasil e a dos Estados Unidos:

Se, multiplicando-se a raça negra sem nenhum dos seus cruzamentos, se multiplicasse a raça branca por outro lado mais rapidamente, como nos Estados Unidos, o problema das raças seria outro, muito diverso — talvez mais sério, e quem sabe se solúvel somente pela expulsão da mais fraca e inferior por incompatíveis uma com a outra; mas isso não se deu no Brasil. As duas raças misturaram-se e confundiram-se; as combinações mais variadas dos elementos de cada uma tiveram lugar, e a esses juntaram-se os de uma terceira, a dos aborígenes. Das três principais correntes de sangue que se confundiram nas nossas veias — o português, o africano e o indígena — a escravidão viciou sobretudo os dois primeiros. Temos aí um primeiro efeito sobre a população: o cruzamento dos caracteres da raça negra com os da branca, tais como se apresenta na escravidão a mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra. (ibidem, p.59)

Nessa visão pessimista, a mistura das três raças proposta por von Martius como o fator único que caracterizava a “brasileiridade” transforma-se num coquetel debilitante, composto de duas doses de servilismo e uma de brutalidade.

Segundo Joaquim Nabuco, o mal maior era a própria instituição da escravatura:

Entre o Brasil, explorado por meio de africanos livres por Portugal, e o mesmo Brasil, explorado com escravos também por portugueses, o primeiro a esta hora seria uma nação muito mais robusta do que é o último. Mas entre o que houve — a exploração da América do Sul por alguns portugueses cercados de um povo de escravos importados da África — e a proibição severa da escravidão na América portuguesa, a colonização gradual do território por europeus, por mais lento que fosse o processo, seria infinitamente mais vantajosa para o destino dessa vasta região do que o foi, e o será, o haverem-se espalhado por todo o território ocupado as raízes quase inextirpáveis da escravidão. (NABUCO, 2000:60-61)

Mesmo assim, para o abolicionista, o ideal seria voltar no tempo e começar da estaca zero, apenas com colonos europeus e livres. O otimismo de Nabuco é fundamentado na sua fé na sobrepujança da “raça branca”:

Diz-se que a raça branca não se aclimaria no Brasil, sem a imunidade que lhe proveio do cruzamento com os indígenas e os africanos. Em primeiro lugar, o mau elemento da população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo; em segundo lugar, nada prova que a raça branca, sobretudo as raças meridionais, tão cruzadas de sangue mouro e negro, não possa existir e desenvolver-se nos trópicos. Em todo o caso, se a raça branca não se pode adaptar aos trópicos em condições de fecundidade ilimitada, essa raça não há de indefinidamente prevalecer no Brasil: o desenvolvimento vigoroso dos mestiços há de por fim sobrepujá-la, a imigração européia não bastará para manter o predomínio perpétuo de uma espécie de homens à qual o sol e o clima são infensos. A ser assim, o Brasil ainda mesmo hoje, como povo europeu, seria uma tentativa de adaptação humana, forçosamente, efêmera; mas nada está menos provado do que essa incapacidade orgânica da raça branca para existir e prosperar em uma zona inteira da terra (ibidem, p.61)

Finalmente, para deixar bem claro o objetivo maior do abolicionismo, Nabuco declara:

Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, **a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo**, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul. Essa é a justificação do movimento abolicionista. (ibidem, p.101-102, grifo nosso)

### 2.3 A influência do naturalismo

Segundo David Haberly (1972:40), o abolicionismo brasileiro era “anti-escravismo e anti-escravo” e o movimento naturalista da literatura teve uma

influência profunda sobre os abolicionistas: “O naturalismo [...] transformou a ideologia implícita do estereótipo do negro imoral ou violento num sistema coerente e unificado, com as bênçãos da literatura e a ciência da Europa” (ibidem, p.40). Como movimento literário, o naturalismo abolicionista

pregava os perigos da intimidade entre senhores e escravos, mas – mesmo quando a abolição definitiva tornou-se inevitável [...] – não queria ou não conseguia lidar com o futuro da sociedade brasileira, depois que as criaturas violentas e imorais que ensinara os seus leitores a temerem fossem finalmente soltas. (ibidem, p.41)

Ao contrário de Joaquim Nabuco, a literatura naturalista caracterizava o negro como perigoso e cruel, porque era “o produto de um ambiente miserável, a senzala, e gerações de ancestrais maltratados, desnutridos e malditos” (ibidem, p.41), poderia ser visto como a vítima de “forças naturais incontroláveis” (ibidem, p.41). Assim, o senso de culpa dos brancos seria amenizado. Entretanto o naturalismo também

aconselhava àqueles que já estivessem sãos e salvos, longe daquele ambiente [da escravatura] e daquela herança genética, a evitar a possibilidade de contágio e contatos com aqueles que foram mutilados para sempre pela sua condição e genealogia. (ibidem, p.41)

De acordo com Haberly, “assim como os abolicionistas, os naturalistas trabalharam para realizar objetivos específicos – o fim da escravidão e a justificação de novas formas de controle racial” (ibidem, p.43). Também, de maneira implícita, aceitavam a suposta inferioridade do negro pregada pelo darwinismo social:

Os personagens negros [nos romances naturalistas] são caracterizados sempre como animais – há alguns bichos específicos: em *O cortiço* [de Aluísio de Azevedo], por exemplo, Florinda tem “olhos luxuriosos de macaca”; Leonor tem “uma agilidade de mono”. (ibidem, p.42)

Comparações semelhantes também surgem em *Os sertões*, quando Euclides da Cunha, apesar de sua admiração pelo sertanejo, descreve o “perfil de gorila” do líder jagunço João Grande (apud CUNHA, 1984:120).

O historiador Robert Brent Toplin observa que o movimento abolicionista provocou uma resposta explicitamente racista por parte dos senhores de escravos e que os abolicionistas aceitavam “alguns dos fatos” apresentados pelos escravistas. Entretanto, mesmo admitindo que “os escravos não estavam completamente preparados para a liberdade”, os abolicionistas tentaram criar programas que ajudariam o liberto a se adaptar à realidade do mundo do trabalho livre e retificar as “deficiências sociais e econômicas” do escravo (TOPLIN, 1970:9). Infelizmente, esse esforço – sugerido, aclamado e apoiado por Manuel Querino – acabou junto com o abolicionismo, com a assinatura da Lei Áurea. Sem nenhum preparo, os negros libertos tiveram que concorrer com imigrantes europeus para oportunidades de trabalho, uma concorrência desigual que ajudou a relegar o negro às camadas mais baixas da sociedade brasileira.

## **2.4 A influência do positivismo**

O positivismo foi a filosofia oficial do movimento que W. M. Simon denomina a “revolução republicana brasileira” (1963:68). A influência dessa escola de pensamento pode ser vista ainda hoje, no lema “Ordem e Progresso”, inscrito na Bandeira Nacional. A ideologia racial dessa filosofia tendia a favorecer os brancos, mas David Brookshaw observa que também teve um aspecto “conciliador”. A ideologia positivista explicava a suposta inferioridade do negro através da ênfase nas diferentes qualidades que caracterizariam cada raça humana. De acordo com essa teoria, a raça negra era mais “afetiva” e ocupava o mesmo papel de dependência na sociedade que a mulher ocupava na família (BROOKSHAW, 1983:49).

O francês Auguste Comte (1798-1857), o fundador do positivismo, e principalmente o inglês Herbert Spencer (1820-1903) foram os positivistas europeus que mais influenciaram a vida intelectual do Brasil (outro foi Hippolyte Taine). No livro intitulado *O positivismo no Brasil*, João Camillo de Oliveira Torres dedica três páginas ao papel do positivismo no processo da abolição no



Brasil (1958:57-59). Segundo Torres, a contribuição dessa filosofia ao movimento abolicionista foi muito pequena, uma vez que o sentimento geral no Brasil teria sido anti-escravista:

Os aspectos bárbaros e cruéis do sistema [de escravatura] sempre haveriam de revoltar o espírito cristão, o liberalismo e o sentimentalismo do brasileiro [...]. E, sejamos francos, histórias como aquela encontrada em *A cabana do Pai Tomás* teriam sido muito raras no Brasil. (ibidem, p.57)

Torres alega que nenhum brasileiro aprovava a escravidão, mas todos opunham-se à abolição como princípio legal (ibidem, p.58). Entretanto afirma que o abolicionismo foi o tema de um dos mais antigos documentos positivistas da história dessa filosofia no Brasil, *A escravidão no Brasil*, de Francisco Antonio Brandão, e que as idéias de Auguste Comte foram utilizadas para promover a libertação dos escravos. Cita as principais contribuições dos positivistas à Abolição, entre elas a declaração de Comte de que o negro tinha uma afetividade superior aos brancos, o que servia para explicar sua paciência diante de tanto sofrimento, e de que a escravidão da Antigüidade fazia parte da evolução natural, embora isso não se aplicasse à versão mais recente dessa nefasta instituição. Outrossim, os positivistas eram proibidos de possuir escravos. Em geral, segundo Torres, a Abolição devia-se mais à oratória de Joaquim Nabuco e à poesia de Castro Alves, sem falar do “efeito do remorso coletivo do povo brasileiro” (ibidem, p.58-59).

Apesar dessa visão assaz idealizada do processo da abolição da escravatura e dos princípios anti-escravistas do positivismo, existem evidências de que os positivistas também tinham conceitos racistas. Segundo Robert Brent Toplin, o filósofo positivista Luis Pereira Barreto era “direto e franco na sua expressão de preconceito racial”. Afirmava que o “ariano” era superior ao negro e alertava os abolicionistas contra o perigo de “descarregar no centro da sociedade uma horda de homens semi-bárbaros”, acreditando que a libertação de milhares de “escravos perigosos” poderia deflagrar uma reação conservadora que seria pior para o negro que a escravidão (TOPLIN, 1970:8-9).

Herbert Spencer, cuja influência sobre o pensamento brasileiro chegou a superar a de Comte (BURNS, 1993:314), explicitou suas idéias sobre as questões de raça e miscigenação em *The Mixture of Races (A mistura das raças)*:

O mestiço, que herdou de uma linha de sua ancestralidade tendências adaptadas a um conjunto de instituições e da outra linha de sua ancestralidade, tendências adaptadas a outro conjunto de instituições, não se adequava a nenhum dos dois. Trata-se de uma unidade que não foi formada pela natureza para nenhum tipo social e, portanto, não consegue desenvolver qualquer tipo social junto com outros parecidos com ele. O México contemporâneo e as Repúblicas da América do Sul com suas perpétuas revoluções nos demonstram o resultado. (SPENCER, 1972:166)

O positivista inglês concordava com Gobineau quando previa um destino amargo para as populações mestiças:

Se, ao contrário da união de espécies diferentes, variedades distantes se unem, o organismo intermediário não é infértil, mas vários fatos sugerem a conclusão de que a infertilidade surge nas gerações subseqüentes: a operação incongruente das estruturas assim unidas demora mais para se revelar, mas acaba se revelando. (ibidem, p.168)

Mais uma vez, o branqueamento é visto como a única esperança para países como o Brasil, que estariam ameaçados de extinção devido ao grande número de mestiços nas suas populações:

As sociedades híbridas são imperfeitamente organizáveis – não podem crescer e se transformar em formas completamente estáveis; as sociedades brancas que evoluíram de misturas de variedades quase-aliadas do homem podem estabelecer estruturas estáveis e gozam de uma plasticidade vantajosa. (ibidem, p.168)

Para os brasileiros, isso significava que, se importassem grandes levas de europeus para branquear sua população, a estabilidade de seu governo e o futuro de seu povo seriam garantidos.

Ao mesmo tempo em que a Lei Eusébio de Queiroz restringia a imigração africana, o número de imigrantes que vieram da Europa aumentou de 2.072 por ano em 1850 para 55.965 em 1887 e 133.253 em 1888. A imigração europeia no Brasil intensificou-se no último quartel do século XIX. Por exemplo, entre 1876 e 1887, entraram, em média, 30.228 por ano (BURNS, 1993:217). Depois da Abolição, a remoção da concorrência com a mão-de-obra escrava representou um incentivo a mais. Não obstante seu declarado orgulho na sua cultura e ancestralidade “tri-racial”, muitos brasileiros faziam de tudo para afogar essa herança numa “corrente de sangue caucásio” (NABUCO, 2000:101).

Devido a essa vergonha latente quanto à ancestralidade mestiça do Brasil, escassa atenção foi prestada por historiadores brasileiros à contribuição do africano e seus descendentes à civilização brasileira até a terceira década do século XX. A imagem predominante do negro era a de um instrumento passivo do trabalho, um bem possuído pelo senhor de escravos e seu papel no movimento abolicionista passava despercebido. Numa tentativa de branquear a imagem do Brasil e sua historiografia, o afro-brasileiro foi relegado a algumas poucas páginas referentes à escravidão e à Lei Áurea. Como veremos na biografia a seguir, Manuel Raimundo Querino foi uma das raras exceções que rejeitaram quase por inteiro as noções filosóficas e pseudocientíficas que regiam o mundo intelectual dos brasileiros no final do século XIX e no início do século XX. Ele reivindicou a contribuição do negro e do mulato ao seu país com sua volumosa obra, resumida nesta famosa frase: “O Brasil tem duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço” (QUERINO, 1938:160)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Esta afirmação enfrenta diretamente as idéias encapsuladas na declaração de Nina Rodrigues de que o negro haveria de constituir “sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo”, publicada em 1933.



Fonte: Jornal A Tarde

## A vida e a obra de Manuel Raimundo Querino<sup>10</sup>

*“Quantas vezes (Manuel Querino) deve ter ouvido a frase feita e ainda corriqueira: ‘este negro não se enxerga!’ As reivindicações a favor dos irmãos de raça haviam de trazer-lhe simpatia e desafetos; mais desafetos...”*  
- Frederico Edelweiss

*“Pardo, paisano e pobre – tirado a sabichão e porreta”*  
- Jorge Amado, *Tenda dos Milagres*

Nascido na cidade de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo baiano, provavelmente a 28 de julho de 1851, Manuel Raimundo Querino era filho do carpinteiro José Joaquim dos Santos Querino e Luzia da Rocha Pita, ambos negros livres que teriam falecido durante a epidemia de cólera que flagelou a região em 1855 (CALMON 1980).<sup>11</sup> Uma cidade relativamente populosa e o maior centro de produção de açúcar da Bahia, Santo Amaro ficou quase despovoada. Estima-se que, ao todo, 25 mil vidas foram ceifadas na província inteira (TAVARES 2001:273).

<sup>10</sup>O esboço biográfico a seguir é uma versão ampliada do verbete produzido pela autora para o Dicionário Biográfico-Histórico da Bahia, idealizado e coordenado por Professora Consuelo Novais Sampaio, em 2006.

<sup>11</sup> O único biógrafo de Querino que cita o nome de seu pai é Jorge Calmon, em seu opúsculo titulado “Manuel Querino, O Jornalista e o Político”. Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro-Orientais, Ensaios/Pesquisas n° 3, Maio/1980.

Levado à capital, o menino foi entregue a um tutor, o Bacharel Manuel Correia Garcia, pelo Juiz dos Órfãos – possivelmente seu futuro padrinho, o Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, que exerceu este cargo em Santo Amaro e Salvador antes de tornar-se o chefe do Partido Liberal e Primeiro Ministro do Brasil, entre outros cargos eminentes.

Segundo Antonio Vianna, num discurso proferido na ocasião da inclusão de um retrato de Querino na galeria de honra do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1928, Manuel Correia Garcia era “um espírito elucidado, educado na Europa, cultor das letras e amante das coisas do ensino”. Professor aposentado, político e jornalista e advogado, foi deputado pelo Partido Liberal, praticava o Espiritismo e era Doutor em Filosofia pela Universidade de Tubinga, na Alemanha. Enviado pelo Governo da Província para graduar-se na Escola Normal de Paris, junto com o futuro diretor da Escola Normal da Bahia, João Alves Portela, voltou habilitado para organizar uma escola para professores e todo o sistema de ensino primário na província em 1842. Passou a lecionar Aritmética, Desenho Linear e Caligrafia na Escola Normal, mas foi dispensado de sua cadeira em 8 de junho de 1847 (NUNES 2005). Também foi o principal fundador do antigo Instituto Histórico da Bahia em 1855 ou 1856 (CALMON 1980; WANTUIL s/d).

Ao invés de criar Querino para ser um serviçal, como era de costume, Correia Garcia “Procurou encaminhar o tutelado nos trabalhos mentais e conseguiu incutir-lhe a paixão do estudo, o amor aos livros que havia de acompanhá-lo até o túmulo”. Mesmo assim, o único futuro que previa para o jovem era nos trabalhos manuais, como operário e artesão, portanto: “Deu-lhe também um meio pratico de viver, mandando-lhe ensinar a arte de pintar” (VIANNA 1928:306). Entretanto, as aspirações geradas no ambiente de cultura e aplicação aos estudos em que viveu no lar do Bacharel levaram Querino muito além: seguiria o exemplo de seu tutor não somente no magistério, mas também na política e na pesquisa histórica e antropológica.

A Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai declarou guerra contra o Paraguai em 1865. Em 1868, já um “homem feito” com 16 ou 17 anos, Querino resolveu tentar a sorte em Pernambuco e viajou para lá em companhia de um sobrinho de Manuel Correia Garcia. Pode ser que deixou a Bahia com a intenção de evitar o alistamento forçado que descreve no capítulo de *A Bahia*

de *Outrora* titulado “O Recrutamento”, por causa do qual, “as ruas ficavam desertas e os trovadores mudos” (QUERINO 1946:184). Mais tarde, Querino seguiu para o Piauí. Mas os ventos bélicos que assopravam na época o levaram para o sul. O jovem baiano foi recrutado nos sertões do Piauí e enviado para treinamento no Rio. Depois, teria seguido à frente da guerra como milhares de outros recrutas e voluntários da pátria, muitos dos quais morreram ou voltaram nas tristes levas de “inválidos, mutilados” (ibidem, p.182). Felizmente, sua inteligência e cultura e o fato de ser letrado – uma qualificação rara numa época em que em torno de 85% da população livre era analfabeta – mudaram seu destino. Ficou no Rio de Janeiro para trabalhar na escrita de seu batalhão e foi promovido a cabo de esquadra em março de 1870. Quando a guerra terminou no mesmo ano, foi desmobilizado em outubro, graças à influência de seu padrinho, o Conselheiro Dantas.<sup>12</sup>

De volta à Bahia em 1871, depois de sua única experiência fora de sua terra natal, dedicou-se ao trabalho e aos estudos. Coursou o francês e a “língua vernácula” no Colégio 25 de Março. Depois, foi aluno fundador do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (inaugurado em 1872), trabalhando como artesão de dia e estudando humanidades à noite. Fez exames em francês e português no Liceu, recebendo “aprovação distinta” na primeira disciplina e aprovação plena em português (VIANNA 1928:307). Quando seu professor e mentor, o artista plástico espanhol Miguel Navarro y Cañizares, deixou o Liceu e criou a Escola de Belas Artes em 1877, Querino o seguiu, sendo contratado como pintor durante a fase de construção e tornando-se aluno fundador desta instituição (SILVA 2005:233). Diplomou-se em 1882, no curso de desenhista e, no mesmo ano, foi nomeado membro do júri da exposição da EBA. Querendo completar o curso, matriculou-se na aula de arquitetura. Foi aprovado com distinção no segundo ano, mas não chegou a se formar. Segundo Antonio Vianna (1928:307): “não foi diplomado em virtude de não ter sido lecionada uma das cadeiras do 3º ano”. Licenciado como professor de desenho, lecionou no Colégio de Órfãos de São Joaquim e no Liceu – sendo nomeado lente de

---

<sup>12</sup> No capítulo “Operários políticos” de *As Artes na Bahia*, Querino descreve o Conselheiro Dantas assim: “espírito fadado para a política, maneiroso e feliz, sabia perfeitamente empolgar a opinião nas lutas da tribuna e da imprensa; possuía a vertiginosa embriaguez da fama ruidosa e brilhante dos agitadores” (1913, P. 159).

desenho geométrico em 1885 e agraciado com o diploma de sócio benemérito pela assembléia geral.

Como decorador, *designer* e artista plástico, produziu obras que receberam menção honrosa e medalhas de prata da EBA e medalhas de bronze, prata e ouro nos concursos do Liceu. Em 1883, concorreu a um “Plano de Casas escolares, adaptadas ao clima do Brasil” com um projeto acompanhado de um memorial explicativo (VIANNA 1928). Também foi funcionário público, exercendo vários cargos na Diretoria de Obras Públicas e depois na Secretaria de Agricultura, onde era “reconhecido como um dos mais distintos funcionários pelas suas habilitações técnicas e pelos seus predicados morais” (TEIXEIRA BARROS apud QUERINO 1946:9).

Na vida política, demonstrou solidariedade com seu tutor e seu padrinho, além de seus irmãos de cor, em engajar-se às causas do Partido Liberal – o republicanismo e o abolicionismo. Em 1 de agosto de 1878, assinou o Manifesto Republicano. Embora não tenha chegado à eminência dos líderes da campanha abolicionista, entre eles Rui Barbosa e José do Patrocínio, Querino ingressou na Sociedade Libertadora Baiana e escreveu artigos publicados na *Gazeta da Tarde*, tentando sensibilizar o público sobre as injustiças da escravidão. Abolicionista militante, trabalhou lado a lado com Frederico Marinho de Araújo e Eduardo Carigé, entre outros. Diferente de muitos de seus correligionários, acreditava que a desigualdade entre negros e brancos devia-se apenas à falta de oportunidades para os primeiros. Portanto, defendia a abolição seguida pela preparação dos ex-escravos para o mundo do trabalho assalariado porque, baseando-se na sua própria experiência, estava convicto que o ser humano não podia evoluir sem a educação. Infelizmente, para seu tremendo desgosto, isto não se concretizou.

Jornalista militante antes e depois da proclamação da República, Querino criou e comandou dois jornais para defender as causas da Abolição e dos operários, respectivamente: *A província* (1887-1888) e *O trabalho* (1892).

Sendo trabalhador e artesão, Querino se preocupava com os direitos da classe operária ainda em tempos de escravidão, quando a população livre e assalariada estava em franca minoria. Naquela época o mercado de trabalho era controlado por arrematantes de obras que monopolizavam as construções e ditavam os salários. Primeiro, a Liga Operária Baiana foi formada em 1875

para garantir salários dignos aos trabalhadores. Segundo seu biógrafo José Teixeira Barros: “ninguém se empenhou tanto pelo levantamento das artes, na Bahia, como Manuel Querino e nenhum outro artista propugnou, com tamanha veemência, a união da classe operária de modo que viesse a constituir uma força, uma vontade, um poderoso elemento de ação, no seio da coletividade. O seu maior ideal era arredar o artista da tutela da política, que tudo avassala, torná-lo independente e autônomo” (apud QUERINO 1946:6). A Liga foi extinta e descaracterizada devido à interferência de políticos que, “valendo-se do prestígio do poder e das promessas de efêmeras vantagens tiveram a sagacidade de abolir a nobre ambição do artista” (ibidem, p. 6). Quinze anos depois, o Partido Operário se organizou em 1890, comandado por um Diretório presidido por Gonçalo José Pereira Espinheira, com o lema: “Com ordem, firmeza e trabalho, chegaremos ao termo de nossas aspirações”. A diretoria do partido tinha nove membros, entre eles, Manuel Querino (CALMON 1980).

Candidatou-se a Deputado Federal pelo Partido Operário em 1890 e foi eleito delegado da classe no Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro. Entretanto, esta “agremiação partidária composta somente de trabalhadores, funcionando disciplinadamente” despertou novamente os temores da elite, principalmente os patrões e industriais. Intimidado, Gonçalo Espinheira anunciou que o movimento “não cogitava a política” e o partido foi rebatizado o Centro Operário da Bahia. Segundo Jorge Calmon, em seu opúsculo titulado “Manuel Querino, o Jornalista e o Político”: “Adepto da aproximação dos trabalhadores, incentivador do ensino profissional, Manuel Querino há de ter aprovado calorosamente esta solução. Fora a menos pior” (CALMON 1980).

Sua campanha jornalística e a capacidade de liderança demonstrada na frente do Partido Operário valeram-lhe a nomeação de membro ou “Intendente” do Conselho Municipal, a primeira legislatura municipal da cidade do Salvador, em 1890 ou 1891 (VIANNA 1928:308; CALMON 1980). Segundo Jorge Calmon (1980): “terá sido nomeado, entre 1890 e 1891, para suceder a um dos ‘Intendentes’ inicialmente escolhidos pelo Governador do Estado[...]”. Voltou a ser Conselheiro Municipal em 1897 como primeiro suplente convocado, “substituindo Dr. Deocleciano Ramos, que renunciara ao mandato”. Perdeu a eleição para suprir a vaga deixada pela renúncia, mas permaneceu no



Conselho até 26 de dezembro de 1899. No mesmo ano, renunciou à política devido às represálias dos “poderosos da ocasião”.

Depois de deixar a vida política, desiludido, Manuel Querino se dedicou ao trabalho pelo qual é mais lembrado: uma série de pesquisas que são de fundamental importância para a história das artes plásticas no Brasil, a historiografia brasileira em geral e a formação da identidade negra neste país. Foi um dos únicos intelectuais de sua época, e provavelmente o primeiro intelectual afro-brasileiro, a reconhecer e divulgar a contribuição africana à civilização brasileira,<sup>13</sup> teve um papel fundamental no resgate e documentação das contribuições dos africanos e seus descendentes ao desenvolvimento do Brasil e preservou um considerável montante de informações sobre as artes, artistas e artesões da Bahia. Igualmente, forneceu abundantes dados sobre os costumes, cultura e religião dos africanos e seus descendentes.

Publicou, entre outros títulos: *Artistas baianos* (1909); *As artes na Bahia* (1909); *Bailes pastoris* (1914); “A raça africana e os seus costumes na Bahia”, *In Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia* (1916); *A Bahia de outrora* (1916) e *O colono preto como fator da Civilização Brasileira* (1918). Também produziu dois livros didáticos: *Desenho linear das classes elementares* e *Elementos de desenho geométrico*. Sua obra mais conhecida no Brasil, *A arte culinária na Bahia*, foi lançada em 1928, cinco anos depois de sua morte. O livro ilustrado *Costumes africanos no Brasil* (Rio de Janeiro, 1938), organizado por Artur Ramos, reúne vários trabalhos de sua autoria. Segundo Antonio Vianna, “[D]edicou-se de corpo e d’alma aos estudos tradicionalistas, revivendo com uma exatidão inexcusável e irrefutável, tipos e hábitos, coisas e idéias que estavam condenadas a perpetuo olvido”. De acordo com o pesquisador norte-americano David Brookshaw (1983:55), Manuel Querino tentou “aparar o golpe do proeminente etnólogo Nina Rodrigues, defendendo os negros e exaltando suas qualidades[...]. Querino, poder-se-ia acrescentar, estava particularmente interessado na reabilitação do mestiço urbano alfabetizado; de aspirações

---

<sup>13</sup> Em meados do século XX, Caio Prado Jr. afirmou no seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1957, que “A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira, é além daquela energia motriz quase nula” (apud Mattoso, 1978, P. 149).

pequeno-burguesas, e seu papel pode ser comparado ao de Booker Washington nos Estados Unidos, de quem era fervoroso admirador”.<sup>14</sup>

Certamente uma das maiores contribuições de Querino à historiografia brasileira foi sua insistência para que a História Nacional levasse em consideração suas raízes africanas e a presença e influência dos africanos. O Brasil, ele enfatizava, era o resultado da fusão entre portugueses, índios e africanos, mas a contribuição dos africanos estava sendo menosprezada. Ele ratificou estas contribuições em seu livreto “O colono preto como fator da Civilização Brasileira” (1918). Por exemplo, Querino determinou o afro-brasileiro como personagem principal na defesa do Brasil e na manutenção da integridade nacional.

Ao voltar sua atenção para a História, Querino esperava re-equilibrar a ênfase tradicional da experiência européia no Brasil. Nenhum afro-brasileiro havia até então dado sua perspectiva da História do Brasil. Querino surgiu como um dos primeiros brasileiros e possivelmente o primeiro afro-descendente<sup>15</sup> a detalhar, analisar e fazer justiça às contribuições africanas ao seu País. Apresentou suas conclusões em meio a um clima de opinião que era na melhor das hipóteses indiferente, e na pior racista e até genocida. Desmentiu o racismo pseudocientífico de Gobineau e Spencer, disseminado no Brasil pelo médico-legista Nina Rodrigues, entre outros, e utilizou o darwinismo social para seus próprios fins: acreditando que a raça africana fosse “não evoluída” por causa da escravidão e da conseqüente falta de oportunidades (QUERINO 1938:22), ele viu no seu próprio exemplo e o de outros eminentes baianos negros cujas vidas registrou, que, quando o afrodescendente é respeitado e devidamente instruído, sua evolução social e econômica é garantida.

Em “A raça africana”, dá o exemplo dos religiosos negros observados por Padre Vieira na Ilha de Cabo Verde no século XVII: “Há aqui clérigos e cônegos tão negros como o azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados que fazem invejas aos que lá vemos nas nossas catedrais” (PADRE VIEIRA apud

---

<sup>14</sup> Na apresentação de “A raça africana”, Querino escreve assim: “Quem desconhecerá, por ventura, o prestígio do grande cidadão americano Booker [T.] Washington, o educador emérito, o orador consumado, o sábio, o mais genuíno representante da raça negra na União Americana?” (QUERINO 1938, p.22).

<sup>15</sup> Ver nota 2. Mesmo defendendo “o negro”, Querino se considerava “mestiço”, mas outros, como o também afro-descendente Edison Carneiro, caracterizam-no como “negro” (CARNEIRO 1964, P. 107)

QUERINO 1938:23). E Querino arremata o argumento assim: “Do exposto devemos concluir que, *somente a falta de instrução destruiu o valor do africano*” (QUERINO 1938:23) [grifo nosso].

Seria difícil exagerar a importância da contribuição de Manuel Querino à valorização da imagem do negro no Brasil. Na sua época, era uma voz solitária. Um negro que conquistou um lugar no meio da elite branca, tentou utilizar sua posição para divulgar uma mensagem que nenhum de seus contemporâneos – negro ou branco – podia proferir. Nas palavras do historiador norte-americano E. Bradford Burns (1974:82), “Seus estudos tinham dois objetivos. Por um lado, Querino queria mostrar a seus irmãos de cor a contribuição fundamental que deram ao Brasil; e por outro ele desejava lembrar aos brasileiros de origem européia da dívida que tinham, e têm, com a África e com os afro-brasileiros”.

Além de escrever sobre os afro-brasileiros, Querino também ajudava a defendê-los. Segundo Burns, chamou a atenção dos oficiais municipais às perseguições existentes aos praticantes das religiões afro-baianas. Uma vez que a sociedade rotulava essas religiões como “bárbaras e pagãs”, a polícia freqüentemente aparecia nos terreiros durante as cerimônias, destruindo e confiscando propriedades e ferindo os participantes (ibidem, p. 82). Em “A raça africana”, Querino (1938:22) declara:

Incontestavelmente, o feiticismo africano exerceu notória influência em nossos costumes; e nos daremos por bem pago se o reduzido material que reunimos puder contribuir para o estudo da psicose nacional no indivíduo e na sociedade. *E, aproveitando o ensejo, deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto por que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas.* [grifo nosso]

Como Artur Ramos observou: “Nota-se como, já no seu tempo, Manuel Querino se insurgira contra o preconceito de inferioridade antropológica do Negro, atribuindo o seu atraso a contingências socio-culturais, e não a inferioridade de raça” (ARTUR RAMOS apud QUERINO, 1938:22).

Foi Membro Fundador e depois Honorário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, em cujo jornal publicou vários artigos, e membro da

Sociedade Protetora dos Desvalidos. Segundo a pesquisadora brasileira Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, "A Manoel Querino comumente é atribuída a pecha de imprevidente nas palavras e atitudes; um colecionador de desafetos". Segue um caso que ilustra esta fama: Querino era membro da Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma associação criada em 1832 pelo africano livre e ganhador Manoel Victor Serra para construir um fundo inicialmente dirigida à compra de alforria de seus irmãos escravizados e, principalmente após a Abolição, para a proteção dos inválidos e idosos - uma versão pioneira dos atuais fundos de previdência privada. De acordo com a pesquisadora norte-americana Kim D. Butler, no livro *Freedoms Given, Freedoms Won* (2000:164), as relações entre Querino e esta sociedade nem sempre se baseavam na "bondade fraterna". Depois de pedir para sair da sociedade (não sabemos os motivos), Querino solicitara sua reintegração em 1892. Este pedido foi rejeitado por uma votação de cinco contra um. Querino recusou-se a aceitar esta decisão, mas uma segunda votação teve o mesmo resultado. Finalmente foi reintegrado em 1894. Em 1896, Querino solicitou uma pensão de invalidez, mas a Mesa resolveu suspender os pagamentos quando constatou que o "inválido" foi visto em procissões, casamentos e passeios, comprovando seu perfeito estado de saúde. Entretanto, um dos diretores alertou que Querino poderia utilizar sua influência no governo para suspender o subsídio da sociedade. Seja qual for o motivo, este subsídio realmente foi suspenso. Alguns anos depois, quando Querino - já com 74 anos - solicitou uma pensão de aposentadoria, seu pedido foi negado (ibidem, p. 165).

Na análise de Butler, o caso do embate entre Querino e a Sociedade Protetora dos Desvalidos levanta questões interessantes sobre a liderança e estratégias políticas na comunidade afro-brasileira. De acordo com a pesquisadora norte-americana, Querino estaria numa excelente posição política e social para prestar apoio à Sociedade - além de ser pesquisador e político, era um dos poucos brasileiros a se qualificar como eleitor. Mesmo assim, por motivos políticos ou pessoais, a Sociedade não procurou beneficiar-se de sua influência.

Manuel Querino casou-se duas vezes e teve quatro filhos. Faleceu a 14 de fevereiro de 1923, em sua casa em Matatu Grande, distrito de Brotas, deixando Laura Querino, sua esposa em segundas núpcias, e dois filhos vivos:

o músico Paulo Querino e Maria Anatildes Querino. Seus restos mortais encontram-se enterrados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Salvador. Apesar de seu prestígio e influência, morreu pobre. Hoje, a Sociedade Protetora dos Desvalidos mantém o Centro Cultural Manuel Raimundo Querino, criado em sua homenagem.

De acordo com Jorge Amado, o protagonista de seu romance *Tenda dos Milagres*, lançado em 1969, “é a soma de muita gente misturada: o escritor Manuel Querino, o *babalaô* Martiniano Eliseu do Bonfim, Miguel Santana Obá Aré, o poeta Artur Sales, o compositor Dorival Caymmi e o *alufá* Licutã (da revolta dos Malês) — e eu próprio, é claro” (AMADO 1992:139). A relação da obra fictícia do personagem Pedro Archanjo — *A Vida Popular na Bahia, Influências Africanas nos Costumes da Bahia, Apontamentos sobre a Mestiçagem nas Famílias Baianas e a Culinária Baiana: Origens e Preceitos* — não deixa dúvidas quanto à sua inspiração. E tanto Querino como seu *alter ego* amadiano tiveram algumas de suas obras colecionadas e comentadas pelo eminente estudioso brasileiro Artur Ramos (ver QUERINO 1938). Nas palavras de Jorge Amado: os trabalhos produzidos por Pedro Archanjo eram “livros hoje considerados fundamentais para o estudo do folclore, o conhecimento da vida brasileira nos fins do século passado e nos começos do atual, e sobretudo para a compreensão do problema das raças no Brasil” (AMADO 1987:186). O mesmo pode ser dito da obra de Manuel Raimundo Querino, uma amostra relevante da qual encontra-se a seguir.

# O COLONO PRETO COMO FATOR DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA<sup>16</sup>

Manuel Querino

O texto a seguir foi publicado pela primeira vez na cidade de Salvador em 1918, pela Imprensa Oficial do Estado. Contém referências que continuam sendo relevantes e atuais para o estudo do africano e do afrodescendente no Brasil, entre elas a história dos quilombolas e o Quilombo de Palmares. Segundo o brasilianista e historiador E. Bradford Burns, autor de um ensaio bibliográfico sobre Querino que incluiu a tradução das últimas páginas de “O colono preto”, com o título “The African Contribution to Brazil”:

Este ensaio continha abundantes *insights*, muitos dos quais foram adotados e expandidos por outros estudiosos – tanto que, hoje em dia, é difícil apreciar a originalidade demonstrada por Querino quando os sugeriu pela primeira vez. Por exemplo, outros estudiosos têm enfatizado que a África forneceu a mão-de-obra qualificada e não-qualificada que construiu o Brasil. Entretanto este ensaio apresenta outras contribuições significantes por parte dos negros que os historiadores ainda não ponderaram (BURNS, 1974:84).

Burns fornece como exemplo o destaque que o estudioso afro-brasileiro deu para o papel principal do negro na defesa do Brasil e a manutenção da integridade nacional – durante seu tempo no Exército, Querino teve uma posição privilegiada para testemunhar as contribuições dos negros, inclusive capoeiras, Zuavos Baianos e outros Voluntários da Pátria, durante a Guerra da Tríplice Aliança. Além de fazer uma contribuição valiosa à História das Artes da Bahia, Querino também contribuiu significativamente com o esforço que está sendo realizado até hoje para destacar o papel do negro na História do Brasil, recentemente respaldado pela Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e dos personagens afrodescendentes.

---

<sup>16</sup> Publicado pela primeira vez em 1918. Encontra-se no livro *Costumes africanos no Brasil* (p.129-161) e também foi republicado na Revista *Afro-Ásia*, n.13, 1980, p.143-158.

## CAPÍTULO I

### PORTUGAL NO MEADO DO SÉCULO XVI

Perdidas as pretensões de domínio, por infrutíferas que foram as resoluções audaciosas de altos cometimentos, no Oriente, as vistas da metrópole se voltaram, esperançosas, para a América Portuguesa. Escreveu eminente publicista lusitano, tratando da colonização do Brasil: “Legislamos, como se foram os portugueses de além-mar os párias da metrópole. Governamos, como se o Brasil fosse apenas uma herdade onde trouxéssemos agages obscuros e opressos jornaleiros. Defendemos-lhe a comunicação, e o trato de gentes peregrinas. Reduzimos a estanco e monopólio grande parte das suas mais valiosas produções.

“Proibimos-lhe que erigisse um tear, uma forja, uma oficina.

“Declaramos por atentado que um só prelo difundisse timidamente a sua luz naquelas regiões escurecidas. Condenamos, por subversivas, as sociedades literárias.

“Receamos que a mínima ilustração do pensamento nos roubasse a colônia emancipada”.

E ajuntava o mesmo escritor:

“O que nos sobra em glória de ousados e venturosos navegantes, míngua-nos em fama de enérgicos e previdentes colonizadores. Conquistamos a Índia para que estranhos a lograssem.

“Devassamos a China, para que utilizassem depois os seus comércios.

“Levamos ao Japão o nosso nome para que outros mais felizes implantassem naquela terra singular os primeiros rudimentos da Civilização Ocidental. Lustramos a África para que alheios povos, tachando-nos de inertes e remissos, nos disputássemos o que não soubemos aproveitar.

“Dos infindos territórios que a nosso poderio avassalamos, resta-nos apenas no Oriente quanto de terra era sobeja para cravar como histórica tradição, a bandeira nacional”.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Latino Coelho – Elogio Histórico de José Bonifácio – Lisboa, 1877.

A respeito da ação civilizadora dos portugueses no Oriente escreveu ainda notável historiador patricio:

“Os portugueses foram, sem dúvida, bons soldados e bons marinheiros empreendedores, valentes e denodados, porém nunca foram conhecidos senão como conquistadores. Conquistaram grande parte da África e da Ásia, e de suas conquistas só sabemos que tantos mil mouros ou índios se tinham deixado degolar impunemente por tantos centos de portugueses, em tal ou qual parte.

“Das regiões mais distantes apenas conhecíamos as riquezas que serviam de estímulo à cobiça dos novos argonautas; nada sabíamos, que pudesse interessar às ciências e às artes, até que outros povos participassem igualmente de seus despojos: foi então, que pudemos conhecer as produções da natureza naqueles variados climas.

“Leiam-se as crônicas daqueles tempos, consultem-se os historiadores mais fiéis e se verá a longa série de façanhas ao lado de uma descrição pomposa de um rei prisioneiro ou convertido à fé nela espada de um aventureiro. Ruínas e sepulcros foram os monumentos que deixaram na Índia os portugueses: muita glória, se queremos, e nada mais”.<sup>18</sup>

Decidiu-se, pois, a metrópole portuguesa a recuperar no Brasil o que perdera no Levante, e aqui os recursos de toda a ordem poderiam satisfazer às necessidades do momento, e, bem assim, assegurar-lhe próspero futuro.

Nessa faina, porém, de dobrar cabos e desbravar territórios infindos, em proveito alheio, esterilizou-se toda a febre de grandezas e poderio da nação portuguesa, muito embora nas signas das suas caravelas se envolvessem a “cupidez, ganância, fome de ouro, sede de conquista”.<sup>19</sup>

Iniciada a colonização com os piores elementos da metrópole, o índio insubmisso revoltou-se contra a tirania e injustiça de que fora vítima, com a exploração da sua atividade nos trabalhos da lavoura.

Começaram então as lutas para a submissão dos silvícolas, as quais nem os próprios jesuítas conseguiram obstar ou atenuar.

O que a Companhia de Jesus conseguia com brandura persistente, com sua palavra repassada de carinho e de meiguice, o colonizador português ia

---

<sup>18</sup> General Abreu e Lima – Esboço Histórico, Político e Literário do Brasil.

<sup>19</sup> Guerra Junqueiro – Discurso Republicano.



destruindo pelo terror e pelo domínio da força. De um lado, o afago e o desejo de uma aliança fraternal e durável; do outro, o castigo, as torturas, as sevícias, os tormentos inconcebíveis. O regimento dado a Tomé de Sousa, primeiro governador, determinava: “Mais entretanto que negociar as pazes, faça o governador por colher às mãos alguns dos principais que tiverem sido cabeças dos levantamentos, e os mande enforcar por justiça nas suas próprias aldeias”.

Com semelhante modo de colonizar, preferiram, pois, os pobres íncolas americanos refugiar-se entre os animais bravios, onde a liberdade fosse o mais valioso apanágio da sua vida errante. O parasitismo alçou o colo, deu combate em campo raso com o apoio do governo, que participava dos lucros auferidos. Por isso, o colono branco vinha com o espírito atormentado pela ganância, repetindo o estribilho da mãe-pátria:

“Toda a prata que fascina  
Todo o marfim africano  
Todas as sedas da China”.

Com ansiedade devastadora atirou-se à empresa, confiante no resultado imediato. “Em todas as colônias espanholas e portuguesas, um subsolo riquíssimo em minerais movia as ambições do imigrante.

“Só vinha para a América o homem tangido de esperanças e preocupações de fortuna rápida e fácil. Nenhum sentimento superior o animava: nem mesmo o sentimento da liberdade.

“O próprio despotismo era aceitável se se conciliava com o interesse do momento”.<sup>20</sup> Mal sucedido com o indígena que abandonara o litoral para embrenhar-se na floresta virgem, a metrópole mudou de rumo, e, a exemplo de outras nações da Europa, e, de parceria com o árabe, firmou o seu detestável predomínio no celeiro inesgotável, que fora o Continente negro, arrancou dali o braço possante do africano para impulsionar e intensificar a produção de cereais e da cana-de-açúcar e desentranhar do seio da terra o diamante e metais preciosos.

---

<sup>20</sup> Rocha Pombo – História do Brasil.

## CAPÍTULO II

### CHEGADA DO AFRICANO NO BRASIL, SUAS HABILITAÇÕES

A história nos afirma que, muito antes da era cristã, os árabes se haviam introduzido nos sertões do Continente negro, e com maior atividade no século VII.

Missionários muçulmanos internaram-se em alguns pontos da África, semeando os germens da civilização, abolindo a antropofagia e a abominável prática dos sacrifícios humanos.

Levando-se em conta o grau de cultura atingindo por esses invasores, com tais predicados, não resta a menor dúvida de que foram eles os introdutores dos conhecimentos indispensáveis ao modo de viver do africano nas florestas, nas planícies, nas matas, nas montanhas, vigiando os rebanhos, cultivando os campos, satisfazendo assim as necessidades mais rudimentares da vida. Acrescente-se a essa circunstância, a fundação de feitorias portuguesas em diversos pontos do Continente, e, chegar-se-á à conclusão de que o colono preto, ao ser transportado para a América, estava já aparelhado para o trabalho que o esperava aqui, como bom caçador, marinheiro, criador, extrator do sal, abundante em algumas regiões, minerador de ferro, pastor, agricultor, mercador de marfim, etc. Ao tempo do tráfico, já o africano conhecia o trabalho da mineração, pois lá abundava o ouro, a prata, o chumbo, o diamante e o ferro.

E como prova de que ele de longa data conhecia diversas aplicações materiais do trabalho veja-se o que diversos exploradores do Continente negro dizem de referência ao que sobre o objeto encontraram.

“Em Vuane Kirumbe vimos uma forja indígena, onde trabalhavam cerca de uma dúzia de homens. O ferro que se empregava era muito puro e com ele fabricavam os grandes ferros para as lanças de Urega meridional, facas de uma polegada e meia de extensão, até ao pesado cutelo em forma de gládio romano.

“A arte de ferreiro é muito apreciada nestas florestas onde, em conseqüência do seu isolamento, as aldeias são obrigadas a fazerem tudo. Cada geração

aprende por sua vez os processos tradicionais, que são numerosos, e mostram que o próprio homem das solidões é um animal progressivo e perfectível”.<sup>21</sup>

“Conhecem também os processos necessários para o fabrico de aço, pela combinação do ferro com o carbono e a têmpera”.<sup>22</sup>

Para a exploração das minas na África precedia consulta aos deuses do feiticismo. Satisfeita esta pela afirmativa, iniciavam as *obrigações*, com danças, feitura de *ebós*, matança de aves e animais para o melhor êxito da empresa. Às vezes, não faltavam também os sacrifícios humanos.

Em meio do seu regozijo exclamavam: “*Devemos cavar a terra para enriquecer*”.

Não contentes com escravizar o índio brasileiro, destruindo-lhe tribos e nações inteiras, como se deu no Maranhão e no Pará, como se fez no Guairá, na zona do sul, no século XVII, e porque o escravo indígena era mui inconstante e menos seguro, sobre ser uma propriedade muito controvertida entre os colonos e as autoridades, voltaram os colonizadores do Brasil vistas cobiçosas para as terras da África e daí retiraram a mais rica mercadoria que lhes não forneciam os silvícolas americanos. Os portugueses saídos de uma zona temperada para se estabelecerem em um clima ardente, diverso do da metrópole, seriam incapazes de resistir ao rigor dos trópicos, de desbravar florestas e arrotear as terras sem o concurso de um braço mais afeito à luta nessas regiões esbraseadas e combatidas pelo impaludismo devastador.

Ao reinol, pois, que trazia o propósito de enriquecer com menos trabalho, fácil lhe foi encontrar nisto razão e justificativa para se utilizar do colono negro, adquirido na África.

Sem isso, difícil senão impossível era pegar no País a colonização com elemento europeu, tanto mais quanto ao iniciar-se esta, afora os serventuários da alta administração, as primeiras levas eram de degredados, de indivíduos viciosos e soldados de presídio.

Foi, portanto, mister importar desde cedo, o africano e dentro em pouco tempo os navios negreiros despejavam na metrópole da América Portuguesa e em outros pontos centenas e centenas de africanos, destinados aos trabalhos da agricultura e a todos os outros misteres. As próprias *expedições bandeirantes*

---

<sup>21</sup> Stanley – Através do Continente Negro – Vol. 2, pág. 362.

<sup>22</sup> Capello e Ivens – De Benguela às Terras de Yacca – Vol. 1, pág. 105.

não lhe dispensavam o concurso, pois que de quanto podia servir o negro nada se perdia.

A primeira folheta de ouro encontrada na margem do Rio Funil, em Ouro Preto, coube a um preto bandeirante; bem como a descoberta do diamante “Estrela do Sul”. Laborioso como era, muito embora com o corpo seviciado pelos açoites do feitor, estava sempre o escravo negro, obediente às suas determinações, com verdadeiro estoicismo.

No fim do século XVII começou a exploração das minas. O tráfico africano aumentou de intensidade, e as entradas do colono preto, no País, foram muito maiores. Cresceu, portanto, a cobiça e o parasitismo tomou o aspecto de uma instituição social, com todo o cortejo de vícios e maldades.

No domínio espanhol, a plebe que na terra natal “grunhia na mais negra miséria, buscando no furto e na mendicância diversão e remédio às torturas da fome, mas, julgando sempre o trabalho abaixo da sua dignidade”, igualmente assumia proporções arrogantes de nobreza e valimento .

A idéia de riqueza fácil banira da mente do aventureiro faminto o amor do trabalho, que era considerado uma função degradante. Por mais respeitável que fosse a ocupação era ela desprezada pelos reinóis de pretensões afidalgadas. Esta circunstância, porém, favoreceu aos homens de cor nas aplicações mecânicas, e mesmo algumas liberais, cuja aprendizagem valia como um castigo infligido aos humildes, como se fora ocupação infamante. Só a estes era dado trabalhar. “Foi sobre o negro, importado em escala prodigiosa, que o colono especialmente se apoiou para o arrotear dos vastos territórios conquistados no Continente sul-americano. Robusto, obediente, devotado ao serviço, o africano tornou-se um colaborador precioso do português nos engenhos do Norte, nas fazendas do Sul e nas minas do Interior”.

Com esse elemento, o reinol ambicioso e traficante viu crescer a febre da descoberta dos diamantes e do ouro. “Luxava-se por ingênua vaidade, por exagerada ostentação, por vanglória de enricados, por tédio, sobretudo”. Uma testemunha da época escreveu: “Vestem-se as mulheres e filhos, de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas; e nisto têm grandes excessos.

“São sobretudo dados a banquetes, e bebem cada ano dez mil cruzados de vinho de Portugal e alguns anos houve que beberam oitenta mil cruzados

dados em rol. Banquetes de extraordinárias iguarias...e agasalham em leitos de damasco carmesim, franjado de ouro e ricas colchas da Índia”.<sup>23</sup>

Sem esquecimento, já se vê dos serviços de prata, palanquins, cavalos de preço com os respectivos guiões e selas de ouro, tudo adquirido pelo esforço do herói do trabalho que era o africano escravo, dócil e laborioso; pois o reinol acostumara-se a gozar o fruto do trabalho sem sentir-lhe o peso.

---

<sup>23</sup> Oliveira Lima – Aspectos da Literatura Colonial Brasileira.

CAPITULO III  
PRIMEIRAS IDÉIAS DE LIBERDADE, O SUICÍDIO E A ELIMINAÇÃO  
VIOLENTA DOS SENHORIOS

O castigo nos engenhos e fazendas, se não requintava, em geral, em malvadez e perversidade, era não raro severo, e por vezes cruel. Mas, apontavam-se com repulsa social, os senhores que disso abusavam. Ora era o escravizado preso, conduzido pelo capitão-do-mato, que o obrigava a acompanhar os passos da cavalgadura; ora eram dois possantes escravizados de azorrague em punho a açoitarem a um parceiro, cortando-lhe as carnes, até expirar, na presença do algoz, que assistia, satisfeito, àquela cena de canibalismo, vaidoso da sua incontida prepotência.

Ali, um escravizado preso ao tronco e às vezes pelo pescoço, sob a ação do suplício da fome e da sede, sem conseguir alcançar o alimento ou o vaso de água colocados propositadamente fora do alcance das mãos, enquanto os roedores mordiam-lhe os pés.

Depois, é uma vítima que esteve no vira-mundo, amarrada ao costado de um animal e mandada atirar longe do povoado, para sucumbir à míngua de qualquer recurso.

A nostalgia apoderou-se dos infelizes; e o filho do deserto adusto, recordando a impetuosidade do vento, o murmúrio brando da cascata, o eco adormecido das florestas do torrão natal, angustiado pelo rigor da escravidão cruel, mortificado de pesares, uma única idéia lhe perpassava na mente, um pensamento único lhe assaltava o espírito: a idéia sacrossanta da liberdade que ele tinha gravada no íntimo de sua alma.

E houve quem se apiedasse do seu infortúnio consagrando-lhe estes consoladores versos:

Nas minhas carnes rasgadas,  
Nas faces ensangüentadas  
Sinto as torturas de cá;  
Deste corpo desgraçado  
Meu espírito soltado  
Não partiu – ficou-me lá!

Naquelas quentes areias,

Naquela terra de fogo,  
Onde livre de cadeias  
Eu corria em desafogo...

Lá nos confins do horizonte...  
Lá nas planícies...no monte...  
Lá nas alturas do Céu...  
De sobre a mata florida  
Esta minha alma perdida  
Não veio – só parti eu.

A liberdade que eu tive  
Por escravo não perdia-a;  
Minh'alma que lá só vive  
Tornou-me a face sombria  
O zunir do fero açoite  
Por estas sombras da noite  
Não chega, não, aos palmares  
Lá tenho terra e flores...  
Minha mãe...os meus amores...  
Nuvens e céus...os meu lares.<sup>24</sup>

E como conquistar a liberdade?

Como adquiri-la ou reavê-la?

Os mais impacientes atiravam-se à correnteza dos rios ou as águas revoltas do mar, atenazados por desespero sem nome, na incerteza de obter o bem perdido, sem a mais tênue miragem da esperança, sob a esmagadora persuasão de ressuscitarem na terra amada.

“Seis escravos cantavam, como se nunca tivessem sentido a sua abjeção, nem o peso do forçado que tinha no pescoço.

“Perguntei-lhes a causa da sua alegria: eles responderam-me que se regozijavam de vir depois da morte, atormentar e matar aqueles que os tinham vendido.”<sup>25</sup> Os estrangulamentos voluntários, as bebidas tóxicas e suplícios outros foram os mais prontos recursos de que lançaram mão para extinguir uma existência tão penosa. Depois, entenderam os escravizados que o senhorio era quem deveria padecer morte violenta, a que se entregavam os infelizes cativos.

Não vacilaram um instante e puseram em prática os envenenamentos, as trucidações bárbaras do senhorio, dos feitores e suas famílias. Era a vingança

<sup>24</sup> José Bonifácio – o moço. Saudades do Escravo.

<sup>25</sup> David Livingstone – *Explorações africanas*.

a rugir-lhes na alma; era a repulsa provocada pelos desesperos que lhes inspirava o horror da escravidão. A perversidade de trato contra os escravizados torturava o paciente, e ao espírito lhe acudia a represália mais extravagante.

Reconhecida, porém, a ineficácia de todas essas violências, o próprio africano recuou de horror, tomando por outro rumo.

Recorreram então à fuga e à resistência coletiva, escondidos nas brenhas, onde organizaram verdadeiros núcleos de trabalho.



## CAPÍTULO IV

### RESISTÊNCIA COLETIVA, PALMARES, LEVANTES PARCIAIS

De quantos martírios aqui acabrunharam o coração da raça africana, teve esta, no entanto, um momento de expansivo desafogo, quando, desertando os engenhos e fazendas, os escravos constituíram a confederação de Palmares, em defesa de sua liberdade.

A Roma antiga, que tantos povos escravizou, viu um dia, estupefata e aterrada, um Espartacos à testa de um exército de escravos.

No Brasil a escravidão também impeliu o africano a suas revoltas, e ao seu desforço. Lá foi a guerra servil com todos os seus horrores; em Palmares os elementos aí congregados não tiveram por alvo a vingança: bem ao contrário, o seu objetivo foi escapar à tirania e viver em liberdade, nas mais legítimas aspirações do homem.

Os escravos gregos eram instruídos tanto, nos jogos públicos como na literatura, vantagens que o africano escravizado na América não logrou possuir, pois o rigor do cativo que não consentia o menor preparo mental, embotava-lhe a inteligência. Sem embargo, mostrou-se superior às angústias do sofrimento, e teve gestos memoráveis de revolta, buscando organizar sociedade com governo independente. Conhecia as organizações guerreiras e se dispôs para a defesa de sua cidadela de Palmares, e para as incursões oportunas no território vizinho e inimigo.

Não desprezava as melodias selvagens adaptadas aos seus cantos de guerra.

O escravo grego ou romano, abandonando o senhorio, não cogitava de se organizar em sociedade regular, em território de que porventura se apoderava; vivia errante ou em bandos entregues a pilhagem.

A devastação, de que se fizeram pioneiros os escravos romanos, inspirava terror a todos os que tinham notícias de sua aproximação. Os fundadores de Palmares não procederam de igual modo; procuraram refúgio no seio da natureza virgem e aí assentaram as bases de uma sociedade, a imitação das que dominavam na África, sua terra de origem, sociedade, aliás, mais adiantada do que as organizações indígenas. Não era uma conquista movida pelo ódio, mas uma afirmação legítima do desejo de viver livre, e, assim,

possuíam os refugiados dos Palmares as suas leis severas contra o roubo, o homicídio, o adultério, as quais, na sua vida interna observavam com rigor.

Não os dominava o ódio contra o branco; perdoaram e esqueceram mágoas, pondo-se a salvo, pelo amor da liberdade, pois que toda a sua aspiração cifrava-se na alegria de viver livre.

Na sociedade de Palmares não medravam os vagabundos e malfeitores; a vida de torturas das senzalas substituíra-se pelo conforto natural e aparelhado.

Quando o civilizado chegava até a entrar em dúvida, se o africano ou o índio tinha alma e os mais tolerantes mal a concediam somente depois de batizado, o filho do Continente negro dava provas de que a possuía, revoltando-se com indignação contra a iníqua opressão de que era vítima, e impondo à força a sua liberdade e independência. “De todos os protestos históricos do escravo, Palmares é o mais belo, o mais heróico. É uma Tróia negra, e sua história uma *Ilíada*”.<sup>26</sup>

“Palmares formam a página mais bela do heroísmo africano e do grande amor da independência que a raça deixou na América”.<sup>27</sup>

A derrota de Palmares estimulou o senhorio no jugo ferrenho em que trazia o escravizado; era a reação requintada pela previsão do perigo. O escravo do Recôncavo da Bahia, principalmente, era, no geral, mal alimentado e não raro, por vestuário, possuía apenas a tanga de ténue pano de aniagem.

Mas o africano escravo não descansava, mantinha firme a idéia de conquistar a liberdade perdida, por qualquer meio. O governador Conde da Ponte, em 1807, ordenara medidas severas contra os quilombos, que se multiplicavam em desmedida. Tornaram-se os senhores ainda mais cruéis, ao mesmo passo que aumentava o rancor e despertava a sede de vingança, nos infelizes. Prova-o a série crescente de levantes, em toda a parte, qual mais, qual menos importante, seguidos de morticínios. A coragem dos revoltados, a serviço da liberdade própria, não media sacrifícios, não se conformava com o injusto sofrimento. Era preciso lutar, e lutar muito atendendo à desigualdade de condições.

“Incendiado o ódio implacável no peito desses míseros humanos, pelos bárbaros castigos e maus tratos que lhes infligiam os senhores, era natural que

---

<sup>26</sup> Oliveira Martins – *Portugal e as Colonias*.

<sup>27</sup> Rocha Pombo – *História do Brasil* – vol. 2.

explodisse uma conspiração infernal. Em 28 de fevereiro de 1814, na Bahia, flagelados pela fome e desesperados pelo excesso de trabalho e pela habitual crueldade dos feitores, rebelaram e armados assaltaram as casas e senzalas das armações, em Itapoã.

“As tropas da Legião da Torre tiveram no mesmo dia vários encontros com os rebeldes junto de Santo Amaro de Ipitanga.

“Os pretos investiam contra elas tão desesperados e embravecidos que só cediam na luta quando as balas os prostravam em terra”.<sup>28</sup>

A tropa, como de costume, procurava agir sem fazer mortandade no intuito de poupar aos senhores a perda dos seus escravos rebelados. Mas estes preferiam perder a vida, lutando pela sua liberdade, e batendo-se com denodo, desesperadamente. Não foram poucos os Espartacos africanos que no Brasil preferiram a morte ao cativo.

---

<sup>28</sup> Dr. Caldas Britto – *Levantes de Pretos na Bahia*.

## CAPÍTULO V

### AS JUNTAS PARA AS ALFORRIAS

Extenuado por uma série de lutas constantes, cerceado por todos os meios, em suas aspirações, mas, firme, resoluto, confiante em seu ideal, o africano escravo não se desiluiu, não desesperou; tentou outro recurso, na verdade, mais conforme com o espírito de conservação – *a confiança no trabalho próprio*.

Conta-nos o infelizmente escritor Afonso Arinos, no excelente artigo “Atalaia Bandeirante”, que a igreja de Santa Ifigênia, no Alto da Cruz, em Minas, guarda a lenda de um rei negro e toda a sua tribo, transportada para aquele Estado como escravos, e “nivelados pelo mesmo infortúnio soberano e vassallos, estes guardaram sempre ao rei a antiga fé, o mesmo amor e obediência”.

E acrescenta o mesmo escritor:

“A custa de um trabalho insano, feito nas curtas horas reservadas ao descanso, o escravo rei pagou a sua alforria.

“Forro, reservou o fruto do seu trabalho para comprar a liberdade de um dos da tribo; os dois trabalharam juntos para o terceiro; outros para o quarto, e assim, sucessivamente, libertou-se a tribo inteira. Então, erigiram a capela de Santa Ifigênia, princesa da Núbia.

“Ali, ao lado do culto à padroeira, continuou o culto ao rei negro, que, pelos seus, foi honrado como soberano e legou às gerações de agora a lenda suave do Chico-Rei”.

Praticavam aqui na Bahia, quase o mesmo, os africanos. Ainda não existiam as caixas econômicas, pois que a primeira fundada na Bahia data de 1834, não se cogitava ainda das caixas de emancipação e das sociedades abolicionistas, antes mesmo de se tornar tão larga como depois se tornou a generosidade dos senhorios, concedendo cartas de alforria ao festejarem datas íntimas, e já havia as caixas de empréstimo, destinadas pelos africanos à conquista de sua liberdade e de seus descendentes, caixas a que se denominavam “Juntas”.

Com esse nobilíssimo intuito reuniam-se sob a chefia de um deles, o de mais respeito e confiança, e, constituíam a caixa de empréstimos. Tinha o encarregado da guarda dos dinheiros um modo particular de notações das quantias recebidas por amortização e prêmios.

Não havia escrituração alguma; mas, à proporção que os tomadores realizavam as suas entradas, o prestamista ia assinalando o recebimento das quantias ou quotas combinadas, por meio de incisões feitas num bastonete de madeira para cada um.

Outro africano se encarregava da coleta das quantias para fazer entrega ao chefe, quando o devedor não ia levar, espontaneamente, ao prestamista a quota ajustada.

De ordinário, reuniam-se aos domingos para o recebimento e contagem das quantias arrecadadas, comumente em cobre, e tratavam de assuntos relativos aos empréstimos realizados.

Se o associado precisava de qualquer importância, assistia-lhe o direito de retirá-la, descontando-se-lhe, todavia, os juros correspondentes ao tempo. Se a retirada do capital era integral, neste caso, o gerente era logo embolsado de certa percentagem que lhe era devida, pela guarda dos dinheiros depositados. Como era natural, a falta de escrituração proporcionava enganos prejudiciais às partes.

Às vezes, o mutuário retirava o dinheiro preciso para sua alforria, e, diante os cálculos do gerente, o tomador pagava pelo dobro a quantia emprestada.

No fim de cada ano, como acontece nas sociedades anônimas ou de capital limitado, era certa a distribuição de dividendos. Discussões acaloradas surgiam nessa ocasião, sem que todavia os associados chegassem as vias de fato, tornando-se desnecessária e imprópria a intervenção policial.

E assim auxiliavam-se mutuamente, no interesse principal de obterem suas cartas de alforria, e dela usarem como se se encontrassem ainda nos sertões africanos. Resgatavam-se, pelo auxílio mútuo ao esforço paciente, esses heróis do trabalho .

## CAPITULO VI

### O AFRICANO NA FAMÍLIA, SEUS DESCENDENTES NOTÁVEIS

Percorrendo a história, deixando iluminar-nos a frente a luz amarelenta das crônicas, não sabemos ao certo quem maior influencia exerceu na formação nacional desta terra, se o português ou o negro. Chamado para juiz nesta causa, necessariamente o nosso voto não pertence ao primeiro. (Mello Moraes Filho).

A agricultura foi a fonte inicial e perene da riqueza do País.

Orientada por processos acanhados, rotineiros e superficiais, nem por isso deixou de medrar e desenvolver-se sob a atividade e influxo do trabalho escravo. Todo o esforço físico do africano caracterizava-se na idéia de se aproveitar a maior soma de produção agrícola, donde os colonizadores pudessem colher farta messe de proventos, e só depois de delida a resistência muscular do escravizado pelos rigores do eito e da canícula, e, sobretudo, pela idade, é que se lhe permitia, em paga de tantas fadigas, entregar-se a outros misteres no interior dos lares, e isso quando a morte o não surpreendia em meio dos rudes labores dos campos.

Uma vez removido para o lar doméstico, o escravo negro, de natureza afetiva, e, no geral, de boa índole e com a sua fidelidade à toda a prova, a sua inteligência, embora inculta, conquistava a estima dos seus senhores pelo sincero devotamento, e sua dedicação muitas vezes até ao sacrifício. Foi no lar do senhorio que o negro expandiu os mais nobres sentimentos de sua alma, colaborando, com o amor dos pais, na criação da tenra descendência dos seus amos e senhores, com o cultivo da obediência, do acatamento, do respeito à velhice e inspirando simpatia, e mesmo amor a todas as pessoas da família.

As mães negras eram tesouro de ternura para os senhores moços no florescimento da família dos seus senhores.

Desse convívio no lar, resultaram as diversas modalidades do serviço mais íntimo, surgiram então a mucama de confiança, o laçao confidente, a ama de leite carinhosa, os pajens, os guarda-costas e criados de estima.

Trabalhador, econômico e previdente, como era o africano escravo, qualidade que o descendente nem sempre conservou, não admitia a prole sem ocupação lícita e, sempre que lhe foi permitido, não deixou jamais de dar a filhos e netos

uma profissão qualquer. Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil: foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria, etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira.

Quem quer que compulse a nossa história certificar-se-á do valor e da contribuição do negro na defesa do território nacional, na agricultura, na mineração, como bandeirante, no movimento da independência, com as armas na mão, como elemento apreciável na família, e como o herói do trabalho em todas as aplicações úteis e proveitosas. Fora o braço propulsor do desenvolvimento manifestado no estado social do país, na cultura intelectual e nas grandes obras materiais, pois que, sem o dinheiro que tudo move, não haveria educadores nem educandos: feneceriam as aspirações mais brilhantes, dissipar-se-iam as tentativas mais valiosas. Foi com o produto do seu labor que os ricos senhores puderam manter os filhos nas Universidades européias, e depois nas faculdades de ensino do País, instruindo-os, educando-os, donde saíram veneráveis sacerdotes, consumados políticos, notáveis cientistas, eméritos literatos, valorosos militares, e todos quantos, ao depois fizeram do Brasil colônia, o Brasil independente, nação culta, poderosa entre os povos civilizados.

Do convívio e colaboração das raças na feitura deste País, procede esse elemento mestiço de todos os matizes, donde essa plêiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais seleta nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação. Sem nenhum esforço pudemos aqui citar o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, Padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glicério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Teófilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas, o *Cabra*, João da Veiga Muricí e muitos outros, só para falar dos mortos. Circunstância essa que nos permite asseverar que o Brasil possui duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço. Tratando-se da riqueza econômica, fonte da organização nacional, ainda é o colono preto a principal figura, o fator máximo.

São esses os florões que cingem a fronte da raça perseguida e sofredora que, a extinguir-se, deixará imorredouras provas do seu valor incontestável que a justiça da história há de respeitar e bem dizer, pelos inestimáveis serviços que nos prestou, no período de mais de três séculos.

Com justa razão disse um patriota:  
“Quem quer que releia a história  
Verá como se formou  
A nação, que só tem glória  
No africano que importou”.



## Referências

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, 2000.

AGASSIZ, Louis & AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2000.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Esperanças de boaventuras: construções da África e africanismos na Bahia (1887-1910). *Estudos Afro-asiáticos*, 2002, v.24, n.2, p.215-245. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a01v24n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a01v24n2.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2007.

ALVES, Marieta. *Intelectuais e escritores baianos – breves biografias*. Salvador: Prefeitura Municipal/Fundação Museu da Cidade – FUMCISA, 1977.

AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. 36 ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BERGHE, Pierre L. van den. *Race and Racism: A Comparative Perspective*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1967.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Tradução de Marta Kirst. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, Série Novas Perspectivas, 7, 1983.

BURNS, E. Bradford. *Perspectives on Brazilian History*. Nova Iorque/Londres: Columbia University Press, 1967.

BURNS, E. Bradford. Manuel Querino's Interpretation of the African Contribution to Brazil. *The Journal of Negro History*, LIX (1), p.78-86, jan. 1974.

BURNS, E. Bradford. *A History of Brazil*. 3 ed. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.

BURTON, Sir Richard F. *The Highlands of Brazil*. v.1. Nova Iorque: Greenwood Press, 1969.

BURTON, Sir Richard F. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Tradução de David Jardim Júnior. Brasília: Senado Federal, 2001.

BUTLER, Kim D. *Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Bahia*. New Brunswick/Londres: Rutgers University Press, 2000.

CALMON, Jorge. Manuel Querino, o jornalista e o político. *Ensaios/Pesquisas*, n.3. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Centro de Estudos Afro-Orientais, mai. 1980.

CAMPOS, Pedro Moacyr. An Outline of Brazilian Historiography in the Nineteenth and Twentieth Centuries. In: BURNS, E. Bradford (Ed.). *Perspectives on Brazilian History*. Nova Iorque/Londres: Columbia University Press, 1967, p.42-89.

CAPISTRANO de Abreu. In: ENCYCLOPÆDIA Britannica Online. Disponível em: <[www.britannica.com/eb/article-9003387](http://www.britannica.com/eb/article-9003387)>. Acesso em: 16 out. 2006.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos, estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Três, 1984.

DEGLER, Carl N. *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1971.

DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco, escravidão e relações raciais no Brasil e nos E.U.A.* Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Labor do Brasil S.A., 1976.

ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2004.

FLORY, Thomas. Race and Social Control in Independent Brazil. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, n.9 (2), p.199-224, 1977.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. *A talha neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2006.

GLEDHILL, Sabrina. *Afro-Brazilian Studies before 1930: Nineteenth-Century Racial Attitudes and the Work of Five Scholars*. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) – Universidade da Califórnia em Los Angeles, Los Angeles, 1986.

GOBINEAU, Joseph Arthur Compte de. L'émigration au Brésil. *Le Correspondant*, Paris, n.96, p.352-376, 1874.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, n.VII (2), p.389-410, jul.-out. 2000. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702000000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008)> Acesso em: 16 out. 2006.

HABERLY, David T. Abolitionism in Brazil: Anti-Slavery and Anti-Slave. *Luso-Brazilian Review*, Madison, Wisconsin, n.8 (2), p.30-46, 1972.

HABERLY, David T. *Three Sad Races: Racial Identity and National Consciousness in Brazilian Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

IANNI, Octávio. Research on Race Relations in Brazil. In: MÖRNER, Magnus (Ed.). *Race and Class in Latin America*. Nova Iorque/Londres: Columbia University Press, 1970.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MALANCHEN, Julia & ROCHA VIEIRA, Suzane da. *A construção de uma história oficial através da invenção de um passado*. Disponível em: <[www.espacoacademico.com.br/060/60malanchencieira.htm](http://www.espacoacademico.com.br/060/60malanchencieira.htm)>. Acesso em: 10 out. 2006.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.24, jan. 1845. Transcrito em: SPIX, J.B. & MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.85-107.

MARY, Cristina Pessanha. A geografia no Brasil nos últimos anos do Império. Disponível em: <[www.mast.br/arquivos\\_sbhc/10.pdf](http://www.mast.br/arquivos_sbhc/10.pdf)>. Acesso em: 11 feb. 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. Salvador: HUCITEC Ltda., 1978.

MERÉJE, Rodrigues de. *O problema da raça*. São Paulo: Editorial Paulista, s/d.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

NORONHA, Sílvia. Sábio do Povo. Memórias da Bahia II. *Correio da Bahia/UCSAL*. Salvador: Empresa Baiana de Jornalismo S.A., 2004.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. As leis orçamentárias provinciais baianas (1835-1889) como instrumento de política educacional. *Gestão em Ação*, Salvador, n.8 (3), p.329-340, set./dez. 2005.

ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo, ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997.

PDBA – Banco de Dados Políticos das Américas. República Federativa do Brasil – Constituição de 1824. Disponível em: <[pdba.georgetown.edu/Constitutions/Brazil/brazil1824.html](http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Brazil/brazil1824.html)>. Acesso em: 17 out. 2006.

QUERINO, Manuel. *As artes na Bahia*. 2. ed. Bahia: Oficinas do “Diário da Bahia”, 1913.

- QUERINO, Manuel. *A Bahia d'outrora*. 3. ed. Salvador: Progresso, 1946.
- QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África, outro horizonte*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 8. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas – a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)>. Acesso em: 10 nov. 2006.
- SAUNDERS, John. Class, Color, and Prejudice: A Brazilian Counterpoint. In: CAMPBELL, Ernest Q. (Ed.) *Racial Tensions and National Identity*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972, p.141-165.
- SILVA, Viviane Rummmler da. Miguel Navarro y Cañizares e a Academia de Belas Artes da Bahia: relações históricas e obras. *Revista Ohun*, 2 (2), out. 2005.
- SKIDMORE, Thomas E. *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1974.
- SKIDMORE, Thomas E. Race and Class in Brazil: Historical Perspectives. In: FONTAINE, Pierre-Michel (Ed.). *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles: UCLA/Center for African-American Studies (CAAS), 1985, p.11-24.
- SPENCER, Herbert. The Mixture of Races. In: ANDRESKI, Stanislav (Ed.). *Herbert Spencer: Structure, Function, and Evolution*. Londres: Thomas Nelson and Sons Ltd., 1972, p.165-169.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. Salvador/São Paulo: Edufba/UNESP (FEU), 2001.
- TOPLIN, Robert Brent. From Slavery to Fettered Freedom: Attitudes toward the Negro in Brazil. *Luso-Brazilian Review*, Madison, Wisconsin, n.7 (1), p.3-12, 1970.
- TORRES, João Camillo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1957.
- TURNER, J. Michael. Manipulação da religião: o exemplo afro-brasileiro. *Cultura*, Brasília, n. 6 (23), p. 56-63, 1976.

VIANNA, Antonio. Manoel Querino (conferência). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n.54, p.305-316, 1928.

WAGLEY, Charles. Anthropology and Brazilian nationality. In: MARGOLIS, Maxine L. & CARTER, William E. (Eds.). *Brazil: Anthropological Perspectives*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1979, p.1-18.

WANTUIL, Zeus. Teles de Menezes: pré-história do espiritismo no Brasil. *Grandes Espíritos do Brasil*. Disponível em: [www.universoespirita.org.br/TOSHIBA%20JA%20COLOCADOS/TELES%20%20DE%20%20MENEZES.htm](http://www.universoespirita.org.br/TOSHIBA%20JA%20COLOCADOS/TELES%20%20DE%20%20MENEZES.htm). Acesso em: 31 ago. 2006.